UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIA POLÍTICA

VICTOR DA SILVA SIQUEIRA

IDENTIDADES POLÍTICAS E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: O IMPACTO DO PARTIDARISMO E DA IDEOLOGIA NA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE MEIO AMBIENTE E CLIMA

Recife
2023

VICTOR DA SILVA SIQUEIRA

IDENTIDADES POLÍTICAS E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: O IMPACTO DO PARTIDARISMO E DA IDEOLOGIA NA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE MEIO AMBIENTE E CLIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política. Área de concentração: Democracia e Instituições.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Nara de Carvalho Pavão

Recife

2023

Catalogação na Fonte
Bibliotecário: Rodriggo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S618i Siqueira, Victor da Silva.
Identidades políticas e as mudanças climáticas : o impacto do partidarismo e da ideologia na opinião pública sobre meio ambiente e clima / Victor da Silva Siqueira. – 2023.
55 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientadora : Nara de Carvalho Pavão.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2023.

Inclui referências.

1. Ciência política. 2. Opinião pública. 3. Mudanças climáticas. 4. Partidarismo. 5. Ideologia. 6. Identidades. 7. Comunicação climática. I. Pavão, Nara de Carvalho (Orientadora). II. Título.

320 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2024-090)

VICTOR DA SILVA SIQUEIRA

IDENTIDADES POLÍTICAS E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: O IMPACTO DO PARTIDARISMO E DA IDEOLOGIA NA OPINIÃO PÚBLICA SOBRE MEIO AMBIENTE E CLIMA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política. Área de concentração: Democracia e Instituições. Aprovada em: 10/11/2023

Banca examinadora:

Prof.ª Dr.ª Nara de Carvalho Pavão

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Gustavo César de Macêdo Ribeiro

Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Ivan Henrique de Mattos e Silva

Universidade Federal do Amapá

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro

Universidade Estadual de Maringá

RECIFE

2023

AGRADECIMENTOS

Essa é uma página escrita com alívio e satisfação pelos últimos dois anos e meio em que passei trabalhando nessa pesquisa, mas também com o sentimento de que é inviável agradecer aqui a todos da maneira como cada um merece. Esse prazer eu terei fora das páginas.

Em primeiro momento agradeço às instituições da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e ao Departamento de Ciência Política (DCP-UFPE) pela oportunidade de financiamento de minha formação enquanto pesquisador. Sem esses recursos eu não seria capaz de dedicar tanto tempo ao interessantíssimo trabalho da pesquisa científica e sequer teria a segurança necessária para amadurecer enquanto indivíduo e enquanto profissional. Saio do mestrado com ainda mais potencial e ainda mais capaz de fazer acontecer.

Também agradeço a orientação da Profa. Nara Pavão, ao Prof. Guillermo Toral e ao Instituto Tecnologia e Sociedade do Rio pelas ricas oportunidades de trabalhar junto a cada um. Se hoje sou mais capaz e experiente é porque fui alavancado por vocês.

Agradeço aos meus pais Maria Tereza e José Edenilton, e ao meu irmão, Leonardo, pelo acolhimento e pela felicidade que é viver e elaborar tanta coisa entre vocês. A proximidade e a expansão que esses vínculos foram capazes de tomar foi algo que não apenas me deu forças, como também mudou o curso de tudo que está por vir.

Aos meus amigos que me acompanham, na forma e na intensidade que até o momento a vida permitiu, sou grato pela presença e afeto, pois cada um foi fundamental para me mostrar a satisfação e a paz de se sentir bem acompanhado.

Por fim, também agradeço ao meu analista pelos apontamentos e sutilezas, pelo espaço e pela escuta. Os movimentos e forças que cruzaram este trabalho para que simbolicamente carregue meu nome como autor são algo que sempre levarei comigo.

RESUMO

No presente trabalho identifico quais variáveis estão mais fortemente relacionadas com opiniões e comportamentos de apoio às causas ambientais e de combate às mudanças climáticas. Utilizando a perspectiva das identidades e dos sistemas motivacionais, apresento a explicação de que os indivíduos usam principalmente as identidades da ideologia e do partidarismo para construir suas opiniões e comportamentos sobre meio ambiente e mudanças climáticas. Através de dados de survey e modelos de regressão multivariada os resultados apontam para um cenário nuançado: enquanto ideologia é a variável mais relevante para um amplo espectro de opiniões e comportamentos, a classe renda dos indivíduos é mais determinante para o uso de energias renováveis. Por outro lado, o partidarismo dos indivíduos só apresentou impacto quando perguntados sobre eventos com grande saliência pública, aumento das queimadas na Amazônia em 2019, mas foi insignificante para temas menos salientes.

Palavras-chave: opinião pública; mudança climáticas; partidarismo; ideologia; identidades; comunicação climática.

ABSTRACT

This project investigates the effects of ideology and partisanship on climate action support using brazilian survey data and regression analysis. Here, I argue that individuals use their political identities to construct their attitudes regarding climate action using a motivational systems approach. The findings show a nuanced scenario: Ideology is the most determinant covariate for a broad range of attitudes and behavior, however, income is more significant for the adoption of renewable energy technologies. For partisanship, it only arises as a strong determinant for climate action support regarding a high salience theme, Amazon rainforest deforestation, and is non-significant for other climate related significant topics.

Keywords: public opinion; climate change; partisanship; ideology; identities; climate communication.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 8
1.1 O PROBLEMA 8
2 EXPLICAÇÕES 12
2.1 TEORIA DA MODERNIZAÇÃO EVOLUCIONÁRIA 12
2.2 *ELITE CUES* E COBERTURA MIDIÁTICA 14
3 ARGUMENTO DA DISSERTAÇÃO: IDENTIDADES E SISTEMAS DE MOTIVAÇÃO 17
3.1 PARTIDARISMO NO BRASIL 19
3.2 HIPÓTESES 21
4 DESENHO DE PESQUISA E BASES DE DADOS 23
4.1 DESENHO DE PESQUISA 23
4.1.1 **Datafolha 2019** 24
4.1.2 **Dados ITS** 26
4.1.2.1 Dimensão 1: Percepções sobre as Mudanças Climáticas 27
4.1.2.2 Dimensão 2: Comportamento Climático 28
4.1.2.3 Dimensão 3: Ideologia 31
5 RESULTADOS 34
5.1 H1: PARTIDARISMO E OPINIÕES CLIMÁTICAS - DATAFOLHA 2019 34
5.2 H2: IDEOLOGIA E PERCEPÇÃO DE RISCO CLIMÁTICO 40
5.3 H3: IDEOLOGIA E COMPORTAMENTO CLIMÁTICO - ITS 2020-22 42
5.4 LIMITAÇÕES DOS MODELOS E RESULTADOS 49
6 CONCLUSÕES 50
6.1 RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS 50
6.2 CONTRIBUIÇÃO PARA A LITERATURA 51
6.3 AGENDA FUTURA 51
REFERÊNCIAS 52

1 INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA

Inundações de cidades, incêndios florestais, escassez de água potável e alimentos, novas epidemias virais, populações desabrigadas, crises migratórias, deterioração da qualidade de vida na cidade e no campo, aprofundamento das desigualdades e vulnerabilidades sociais de grupos como os mais pobres, pessoas com deficiência, comunidades indígenas e minorias raciais (Georgieva, Gaspar and Pazarbasioglu, 2022; World Bank, 2022). Esses desastres ganharam relevância no noticiário e no debate público na última década e dividem uma causa, e tragédia, comum: as mudanças climáticas (IPCC, 2022).

De maneira simplificada, o clima se trata de uma descrição das regularidades estatísticas dos eventos de um sistema climático ao longo de várias décadas. Esse sistema é composto pelo estado atual da atmosfera, ou como diariamente chamamos, o “tempo”, que é descrito em variáveis como umidade, nível de chuva e temperatura que interagem com a radiação solar, os oceanos, montanhas e geleiras. Mudanças climáticas são, portanto, alterações nas estatísticas do sistema climático que perduram por múltiplas décadas, são mudanças nas médias, variâncias e extremos do clima (AAS, 2015).

As causas para as mudanças climáticas podem ser naturais, ocorrendo ao longo de séculos e milênios, por meio da radiação solar e dos ciclos de degelo das calotas polares, ou induzidas pela ação humana em escala global, através da emissão de gases como CO2 e metano, desflorestamento e produção de lixo. As mudanças climáticas que ocorrem naturalmente no planeta ao longo de milhões de anos são parte essencial da forma com que a vida conseguiu se estabelecer no planeta e são constantes, previsíveis e adaptáveis para o globo terrestre como um todo. Entretanto, as mudanças climáticas induzidas pelo ser humano não se comportam da mesma forma, a utilização predatória dos recursos naturais que se acelerou nos últimos séculos tem como consequência a escassez de recursos como água e terras produtivas, além da contaminação do ar e o aumento da frequência de eventos climático extremos que encontram ambientes e cidades incautas.

Os eventos climáticos extremos que vivenciamos são em grande medida causados pelo aquecimento global e são o grande desafio para a implementação de

políticas públicas que mitiguem seus efeitos socioambientais, desacelerando e evitando os impactos ou reduzindo os danos futuros e construindo novas instituições para essa realidade.

Para combater as mudanças climáticas, o principal funil na implementação de políticas públicas é o apoio político, resultado da interação entre elites políticas tomadoras de decisão e as demandas do eleitorado (Peng et al., 2021). Conquistar esse apoio não é trivial. Apesar de suas catastróficas consequências, seus partidários costumam ser difusos, e os oposicionistas concentrados e organizados na população na qual os custos se impõem (Stokes, 2016). De fato, os incentivos para adotar custos individuais em troca de benefícios coletivos são significativamente menores quando lidamos com bens comuns como a atmosfera e o clima (O'Gorman, 2010). Além disso, os próprios cidadãos e representantes políticos possuem dificuldade em reconhecer o problema e atribuir os desastres ambientais locais e os acontecimentos climáticos de nível global (Egan and Mullin, 2017). Dessa forma, as mudanças climáticas acabam se organizando como um tema impopular para uma camada significativa dos afetados e de baixa relevância para os beneficiários, grande maioria, que possuem dificuldade em identificar os benefícios diretos e indiretos dessas políticas.

Em uma democracia representativa, políticos e seus partidos concorrem em eleições livres, justas e limpas para que as disputas mais acirradas e importantes para uma população sejam solucionadas sem violência, dando oportunidade aos vencedores de implementarem suas propostas e aos derrotados uma nova chance nas próximas eleições (Przeworski, 2018). Para os cidadãos é reservada a responsabilidade da escolha entre os projetos de governo de acordo com suas identidades e interesses (Achen and Bartels, 2016).

A pauta do ambientalismo e das mudanças climáticas, entretanto, se encontra em uma posição menos evidente na relação entre políticas de governo e demanda do eleitorado. Do lado dos governos, é uma pasta auxiliar que ganhou algum espaço após pressões de grupos ambientalistas, sociedade civil e comunidade internacional, mas cuja real capacidade de atuação depende do voluntarismo do executivo do momento. Do lado da opinião pública, apesar da vanguarda dos movimentos ambientalistas, a pauta não é um consenso ou sequer um assunto comum para a maior parte da população mundial, com indivíduos afirmando ouvirem sobre o tema menos de uma vez por semana (Leiserowitz et al. 2022). Países na Europa, África Subsaariana e Sudeste Asiático possuem baixa percepção de risco climático e nesses

dois últimos a percepção de conhecimento sobre o tema também é baixa (Leiserowitz et al. 2022). Nos Estados Unidos a pauta é polarizada e o negacionismo climático é fomentado entre partidários republicanos (Bayes and Druckman, 2021). Já no Brasil o tema nunca se encontrou entre as dez questões consideradas “o principal problema do país” entre 2004 e 2018 (Latinobarómetro, 2020) e é visto como de baixa prioridade tanto para os eleitores quanto para as elites tomadoras de decisão (De Paula e Ferez Jr., 2022).

Apesar de desconcertante, a desatenção reservada para a pauta ambiental e climática não contraria os dados e expectativas teóricas sobre a formação da opinião pública e sua percepção sobre a atuação do governo. Cidadãos são mais partidários e atentos às políticas que dizem respeito diretamente ao seu bem-estar, como no caso da percepção de bem-estar econômico, ou que afetam identidades sociais fundamentais para seu sistema de crenças e grupos ao qual pertencem, como as pautas de direitos reprodutivos para mulheres e combate ao racismo (Achen and Bartels, 2016). Além disso, cidadãos comuns raramente estão atentos a todas as possíveis questões de governo e preferem um nível de participação política mínimo e com esforço reduzido (Hibbing and Theiss-Morse, 2002).

Dentro deste escopo, as mudanças climáticas frequentemente passam despercebidas pela opinião pública por conta da dificuldade de relacionar eventos climáticos locais com eventos globais (Egan and Mullin, 2017) e porque o patamar de intensidade e frequência dos eventos extremos que tornarão inegáveis o impacto na vida comum dos indivíduos tem surgido apenas nos últimos anos (IPCC, 2022)[1], construindo assim sobre o evento das mudanças climáticas uma situação de baixa saliência pública.

A saliência de um tema implica em o quanto ele é importante e recebe atenção por parte dos indivíduos (Higgins, 1996; Pavão, 2015). Quanto mais saliente um tema para um grupo de pessoas ou para uma população, maior o seu peso nas demandas da opinião pública e maior o seu efeito sobre a avaliação dos governos (Edwards III et al., 1995). Quando perguntados diretamente, mesmo sem necessariamente atribuir um grande peso ou importância ao tema das mudanças climáticas, a maioria dos

[1] Países formados por pequenas ilhas e com pequenas populações já são afetados em larga escala para os efeitos das mudanças climáticas e com a ameaça de que seus territórios desapareçam após a elevação dos níveis dos mares (https://brasil.un.org/pt-br/146363-mudancas-climaticas-preocupam-ilhas-do-pacifico-e-caribe).

indivíduos respondem positivamente se acreditam que tais mudanças estão acontecendo ou se são causadas ao menos parcialmente pela atividade humana, independentemente da região ou país (Leiserowitz et al. 2022). Para aqueles que reconhecem a existência do aquecimento global, a percepção de risco dentro dos próximos vinte anos também é unanimidade, além da percepção que um avanço das políticas de combate às mudanças climáticas não prejudicaria a economia (Leiserowitz et al. 2022).

No Brasil, país que protagonizou um reposicionamento nas negociações internacionais sobre mudanças climáticas através da pressão de grupos de interesse internos (Hochstetler and Viola, 2012), mais de 80% da população responde que o aquecimento global é muito importante, 61% disseram estar muito preocupados e 46% respondem saber alguma coisa sobre as mudanças climáticas (ITS, 2022). Esses dados contrastam com as evidências de polarização política, de baixa percepção de risco e baixa saliência do tema, que quando comparados com outros “principais problemas do país” raramente ultrapassaram a barreira dos 1% de citações (Latinobarómetro, 2020).

A existência do contraste entre uma pauta de urgência e consequências mundiais que conta com um nível de atenção e interesse marginais por parte da opinião pública é o que define a pergunta de pesquisa dessa dissertação: *se as mudanças climáticas carecem de saliência na opinião pública, quais variáveis estão mais relacionadas com opiniões e comportamentos de defesa do meio ambiente e combate às mudanças climáticas.*

No presente trabalho argumento que o partidarismo, uma forma de identidade social ligada aos partidos políticos, suas origens e as políticas públicas que defendem, é uma das principais variáveis para explicar como indivíduos constroem suas opiniões sobre a proteção do meio ambiente e a realidade da urgência climática quando a problemática ganha saliência e notoriedade pública. Paralelamente, também mostro que a ideologia dos indivíduos é constantemente determinante para a percepção de risco e comportamentos ligados à causa ambiental.

É seguindo o atalho de suas identidades políticas que os eleitores comuns se informam sobre a existência das mudanças climáticas, quais as opiniões e comportamentos que melhor se alinham às suas identidades sociais e quais devem rejeitar.

2 EXPLICAÇÕES

Buscando entender como as opiniões sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas são formadas, algumas explicações testam a hipótese de que as condições sócio-econômicas afetam o surgimento de valores ambientalistas e outras focam na influência midiática dos interesses das elites partidárias sobre as opiniões dos partidários mais atentos. Neste trabalho me ocupo de acompanhar e apresentar uma terceira explicação, a influência do partidarismo e da ideologia. Argumento que as identidades políticas viabilizam a construção de atalhos informacionais para a formação da opinião sobre política ambiental, a percepção de risco dos efeitos do aquecimento global, bem como os comportamentos individualmente adotados para combater esse fenômeno. Nas seções seguintes, discuto as principais explicações existentes e desenvolvo meu argumento.

2.1 TEORIA DA MODERNIZAÇÃO EVOLUCIONÁRIA

A Teoria da Modernização Evolucionária argumenta que valores ambientalistas, tais como a valorização da proteção ambiental sobre o crescimento econômico, a percepção de risco climático sobre familiares e futuras gerações e o reconhecimento do consenso científico sobre o impacto humano no aquecimento global são parte de um conjunto de valores que ganharam expressão em razão dos altos níveis de segurança material e institucional conquistados pelas economias pós-industriais (Inglehart, 2018). A teoria se desenvolve em dois argumentos: a hipótese da escassez e a hipótese da socialização que é sua extrapolação geracional.

Através do argumento da escassez, indivíduos e sociedades com abundância de segurança econômica/material e institucional, como renda, segurança alimentar, educação formal, segurança pública e serviços essenciais, passam a expandir seus interesses para outros objetivos como liberdade de expressão, qualidade do meio ambiente e segurança de gerações futuras. Na direção contrária, quando a segurança material e física entram em risco, objetivos que assegurem o acesso à subsistência imediata, mesmo que em detrimento de questões associadas à liberdade ou qualidade do meio ambiente, passam a ser priorizados.

A variação nas condições de segurança material não afeta os indivíduos de maneira semelhante ao longo de toda vida, mas tende a ser sensivelmente mais

influente durante os anos de formação dos indivíduos. Dessa forma, uma espécie de conflito geracional passa a emergir dentro das sociedades pós-industriais, na qual as gerações mais jovens, que se formaram em períodos materialmente mais seguros, são socializados de forma a valorizar objetivos e crenças pós-materialistas, ou seja, que transbordam da garantia da sobrevivência material e passam a se encaixar em objetivos de “pertencimento, apreço e liberdade” (Inglehart, 2018), dentre os quais os valores ambientalistas se encaixam. Essa é a hipótese da socialização.

Dessa forma, segundo a teoria da modernização evolucionária, valores ambientalistas são priorizados através dos mesmos mecanismos que valorizaram o secularismo, liberdade de expressão, igualdade de gênero e outras pautas intimamente relacionadas às disposições políticas das parcelas mais progressistas de cada sociedade. Nesse cenário, as opiniões sobre meio ambiente seriam o resultado da interação entre as condições materiais de cada geração sobre o papel do clima e da proteção ambiental. Esses dois conjuntos de variáveis, condições materiais e demográficas e perspectiva ambiental, seriam responsáveis por definir os posicionamentos em relação às mudanças climáticas.

Entretanto, enquanto é razoável afirmar que avanços dos valores ambientalistas ocorreram nas economias pós-industriais, em especial na Europa, essa explicação possui algumas deficiências. Por exemplo, enquanto países europeus de economias avançadas possuem os maiores índices nas dimensões de autodeclaração de conhecimento, reconhecimento do impacto humano e frequência com que escutam sobre o tema, esse vanguardismo não se estende às economias avançadas da América do Norte, especialmente nos Estados Unidos (EUA) (Leiserowitz et al. 2022). Ao que se refere às opiniões sobre mudanças climáticas e valores ambientalistas, os EUA estão posicionados atrás de países em desenvolvimento da América do Sul e África (Leiserowitz et al. 2022), e contam com um crescimento histórico da polarização partidária do tema (Egan and Mullin, 2017).

Em segundo momento, o progressismo das economias mais avançadas não se estende para a percepção de risco climático pessoal, em que os indivíduos das regiões da América do Sul e África Sub-sahariana identificam maior ameaça do aquecimento global para suas vidas (Leiserowitz et al. 2022). Nesse esquema as evidências indicam que, enquanto cidadãos europeus possuem maior familiaridade com a pauta ambiental e o tema também possui maior saliência (Eurobarometer,

2022), são os indivíduos de países em desenvolvimento que mais reagem aos riscos das mudanças climáticas quando questionados.

Por fim, o argumento de que condições materiais e geracionais são fundamentais para o surgimento de valores ambientalistas, quando instrumentalizado para o nível individual através das variáveis de idade, renda e educação, retornam correlações consistentemente inferiores e menos significativas que variáveis de posicionamento ideológico e partidarismo (Hornsey et al, 2016). Nos estudos mais recentes, as evidências encontradas sobre as opiniões e mudanças climáticas não são demograficamente concentradas, mas sim ideologicamente pareadas (Egan and Mullin, 2017), demandando assim a atenção para uma explicação que contenha variáveis de identidade política. A Teoria da Modernização Evolucionária é, portanto, insuficiente para explicar a polarização do tema em países desenvolvidos, é insuficiente para explicar o vanguardismo das nações em desenvolvimento para com a percepção de risco climático e tampouco se debruça sobre quais os mecanismos os indivíduos de fato usam para se informar e atualizar suas crenças sobre o meio ambiente.

2.2 *ELITE CUES* E COBERTURA MIDIÁTICA

O argumento das *Elite cues*, formas de sinalização e comportamento de elites políticas que podem ser observados pelos eleitores e partidários mais atentos, se concentra em explicar os fenômenos da polarização política no tema das mudanças climáticas, em especial nos EUA, e busca explicar o fenômeno no qual democratas tornaram-se cada vez mais propensos a reconhecer os efeitos das mudanças climáticas através de sinalizações presentes em meios de comunicação em massa e *roll call voting sessions*[2], enquanto republicanos e conservadores engajaram em movimentos de fraca sinalização ou oposição e negacionismo climático.

As hipóteses do efeito das *sinalizações das elites* afirmam que a polarização dos Estados Unidos ocorreu em um movimento *top-down* em que a disputa surge das elites políticas que as comunicam para eleitores atentos às suas sinalizações através de meios de comunicação em massa (Tesler, 2017; Brulle, Carmichael and Jenkins, 2012; Merkley and Stecula, 2018). Essa hipótese precede às questões relativas às

[2] Quando os votos de cada congressista americano são identificados na votação da pauta.

mudanças climáticas e são baseadas em *polarization effects,* em que indivíduos são cada vez mais polarizados de acordo com seu nível de atenção à pauta política em disputa (Zaller, 1992). Nesses casos, liberais (ou conservadores) cada vez mais atentos, passam a se informar através de meios cada vez mais politicamente orientados e a serem cada vez menos receptivos com argumentos conservadores (ou liberais). Na outra direção, indivíduos menos atentos estão menos sujeitos aos incentivos e atalhos cognitivos oferecidos por ambos os polos e, portanto, menos seletivos quanto às informações que recebem.

Segundo esse argumento, a polarização temática nos EUA cresceu conforme o nível de atenção política também crescia (Tesler, 2017). Níveis de atenção ao noticiário político reduziram a percepção de risco climático entre americanos (Zhao et al. 2011), votações em *roll call* se transformaram na principal ferramenta de aceno para os partidários de cada espectro (Brulle, Carmichael and Jenkins, 2012), e os meios de comunicação liberais adotaram, em massa, o aceno ao posicionamento democrata, enquanto meios mais conservadores comunicavam com menor frequência e com sinalizações dúbias ou de negação dos republicanos (Merkley and Stecula, 2018).

A principal contribuição do argumento das *elite cues* está na identificação de que a opinião pública sobre as mudanças climáticas é um tema cuja discussão política é orientada por elites interessadas e não um tema de prioridade para o eleitor comum. É através de uma dinâmica *top-down* que os partidários mais atentos seriam capazes de se informar sobre as disputas políticas sobre as mudanças climáticas e o meio ambiente. Essa perspectiva também contribui em sinalizar que o processo de aprendizado sobre as mudanças climáticas, apesar de sua urgência e importância, é influenciado pelos mesmos mecanismos que as demais pautas do debate público, em que os eleitores organizam posicionamentos mais sofisticados apenas para temas que lhes são de interesse e identificação, e que o uso de atalhos cognitivos para a formação da opinião, como as *elite cues*, não são simples mecanismos de acompanhamento da liderança, mas fundamentalmente um comportamento entre grupos.

Entretanto, apesar desse argumento ser capaz de propor explicações para o excepcionalismo norte-americano e as origens da polarização partidária sobre o tema, suas explicações não se propõem a identificar as razões pelas quais a marca partidária foi a variável que concentrou as discussões sobre as mudanças climáticas.

A explicação focada na tradução *top-down* dos litígios climáticos não se debruça sobre qual a função desse debate para os eleitores ou porque as elites partidárias e não outros grupos de interesse, como os próprios ambientalistas, foram capazes de orientar a percepção dos eleitores sobre o tema. Por fim, as evidências existentes sobre a influência da atenção às *elite cues* e eventos políticos não são capazes de identificar uma direção de causalidade clara entre sinalização das elites e opinião pública (Tesler, 2017), possibilitando a existência de variáveis intervenientes ou de causação reversa.

Ainda assim, para o caso brasileiro, um país de alta fragmentação partidária e níveis de antipartidarismo mais significativos do que o partidarismo positivo da maior parte das marcas políticas (Samuels e Zucco, 2018), a influência das elites sobre temas ainda concentrados em poucas esferas como o ambientalismo não deve ser ignorada. Novas evidências sugerem que, nos estados da região amazônica brasileira, as dinastias políticas que concorreram e ganharam as eleições para os executivos estaduais alinharam seu posicionamento sobre o meio ambiente nas eleições de 2022 de acordo com seu apoio na disputa do executivo nacional (anti-ambientalismo da direita bolsonarista ou o progressismo ambiental da esquerda do PT) (Silva e Teston, 2023), sugerindo assim um alinhamento entre as perspectivas das elites e das identidades políticas em detrimento de uma rivalidade de perspectivas.

Para solucionar essa deficiência explicativa, o argumento desta dissertação mobiliza a identidade do partidarismo, e não seus indivíduos mais influentes, para explicar como indivíduos, independentemente se são elites ou não, processam as informações que recebem sobre as mudanças climáticas e o meio ambiente. Segundo o argumento do partidarismo, são as identidades partidárias mobilizadas por um sistema de motivações e interesses que oferecem racionalizações capazes de informar os eleitores sobre as mudanças climáticas através de fontes legitimadas pelos seus sistemas de crenças; dessa forma, o discurso das elites seria uma manifestação das divergências políticas e identitárias de variados grupos, mas não um mecanismo primário para a formação da opinião pública.

3 ARGUMENTO DA DISSERTAÇÃO: IDENTIDADES E SISTEMAS DE MOTIVAÇÃO

> Quando sua bandeira nacional é rasgada, ele é insultado; quando alguém desmoraliza seus pais, ele estará envolvido; quando seu partido ou time de futebol perdem, é ele quem foi derrotado"[3] (Cantril 1941, apud. Achen and Bartels, 2016).

Em resumo, o argumento desta dissertação é de que as mudanças climáticas possuem baixa saliência para a maior parte do eleitorado e que, para esses casos, as identidades partidárias suplementam as racionalizações necessárias para que os eleitores construam opiniões sobre o tema. De maneira estendida, esse argumento se desenvolve em duas partes: o papel da saliência para a construção de identidades e a função do partidarismo dentro dos sistemas de motivação.

Identidades são relações emocionais ligadas a eventos, grupos ou objetos os quais os indivíduos utilizam para se definir enquanto sujeitos, construir relações de pertencimento (*ingroup*) ou de não pertencimento (*outgroup*) e que podem lhes ser incorporadas durante a infância ou incorporadas ao longo da vida (Achen and Bartels, 2016). Essas identidades são assuntos de grande saliência para cada indivíduo e norteiam decisões políticas importantes como o voto. Temas como direitos reprodutivos e políticas raciais são responsáveis pelo partidarismo e saliência da identidade de milhões de mulheres e pessoas de cor, respectivamente (Achen and Bartels, 2016). Outros assuntos, como a crença na teoria da evolução, também são profundamente definidas através das identidades religiosas dos indivíduos, independentemente do nível de partidarismo (Tesler, 2017).

Identidades, portanto, nos ajudam a construir racionalizações, e respostas, para aquilo que nos mais interessa (Achen and Bartels, 2016), e também, através da relação entre *ingroups* e *outrgroups*, identificar em quem confiamos e, fundamentalmente para a ciência política, através de quem nos informamos. A relação de pertencimento criada através de identidades ligadas à família, partidos políticos e demais grupos sociais são fundamentais para a definição de sistemas de motivação que orientam os indivíduos sobre fontes de informação nas quais acredita, quais informações não lhes ferem a identidade e o pertencimento, mas também em que tipo de informação rejeitar (Molden et al. 2022).

[3] Tradução do autor.

Nesse sentido, mudanças climáticas são um tema que ganha saliência em cidadãos cujas identidades religiosas, culturais e condições materiais são ameaçadas pela exploração ambiental e transformações climáticas globais, tais como povos indígenas aldeados, cidadãos de países cujo território é formado por pequenas ilhas e que estão ameaçadas pela rápida elevação do nível dos mares e moradores de áreas de risco em várias partes do mundo. Para esses indivíduos o combate às mudanças climáticas é também uma estratégia de proteção de seus modos milenares de viver, fé e bem-estar (United Nations, 2008; Norton-Smith et al, 2016; Walker et al., 2020). Para outra parte do eleitorado, aqueles cuja proteção do meio ambiente e as mudanças climáticas não possuem alta saliência e cujas consequências das mudanças climáticas em suas vidas não são bem definidas, os sistemas de motivação guiados pela identidade do partidarismo entrariam em ação para prover racionalizações que lhes sejam razoavelmente coerentes com suas crenças e identidades mais fortes.

A perspectiva dos sistemas de motivação diz respeito ao fato de que, quando os indivíduos engajam em racionalidade motivada no processamento de informações (Lodger and Taber, 2013), as motivações por trás de como a informação será processada podem conter múltiplos objetivos e assim ocorrer de forma a alcançar uma simples constatação de fatos (*non-directional goal*), como também a alcançar objetivos variados como a coesão entre *ingroups* (*directional goals*) (Molden et al. 2022). Esses objetivos são responsáveis por definir quais os *priors* serão utilizados pelos indivíduos para processar novas informações. Por exemplo, em uma discussão politizada sobre o aquecimento global, uma informação fornecida através de um *framing* republicano pode possuir maior legitimidade para um conservador do que um dado sobre consenso científico mais “neutro”; nessa situação, a identidade de política e de valores do indivíduo foram responsáveis por influenciar que tipo de motivação e objetivo será alcançado no processamento de uma nova informação (Druckman and McGrath, 2019; Bayes et al. 2020)[4].

As evidências sobre essas afirmações nos informam que indivíduos podem ser incentivados a adotarem objetivos de exatidão (*non-directional accuracy goals*) na avaliação de informações sobre mudanças climáticas (Bolsen et al., 2014) e que os indivíduos engajam em racionalidade motivada principalmente quando objetivos

[4] Little (2022) discute detalhadamente o funcionamento da racionalidade motivada por meio de evidências sobre o efeito de *directional reasoning* sobre crenças políticas.

(exatidão, valores e consenso) são alinhados com mensagens correspondentes (informação, moralismo e normas sociais) (Bayes et al, 2020). Nessa hierarquia de objetivos, valores e informações, o partidarismo se destaca como um vetor que direciona os indivíduos para quais objetivos acompanhar (Tesler, 2017), quais valores a se alinhar (Inglehart, 2018) e quais informações acreditar (Druckman and McGrath, 2019) devido ao uso institucionalizado da marca partidária nas democracias contemporâneas para representar elites e grupos de indivíduos comuns.

3.1 PARTIDARISMO NO BRASIL

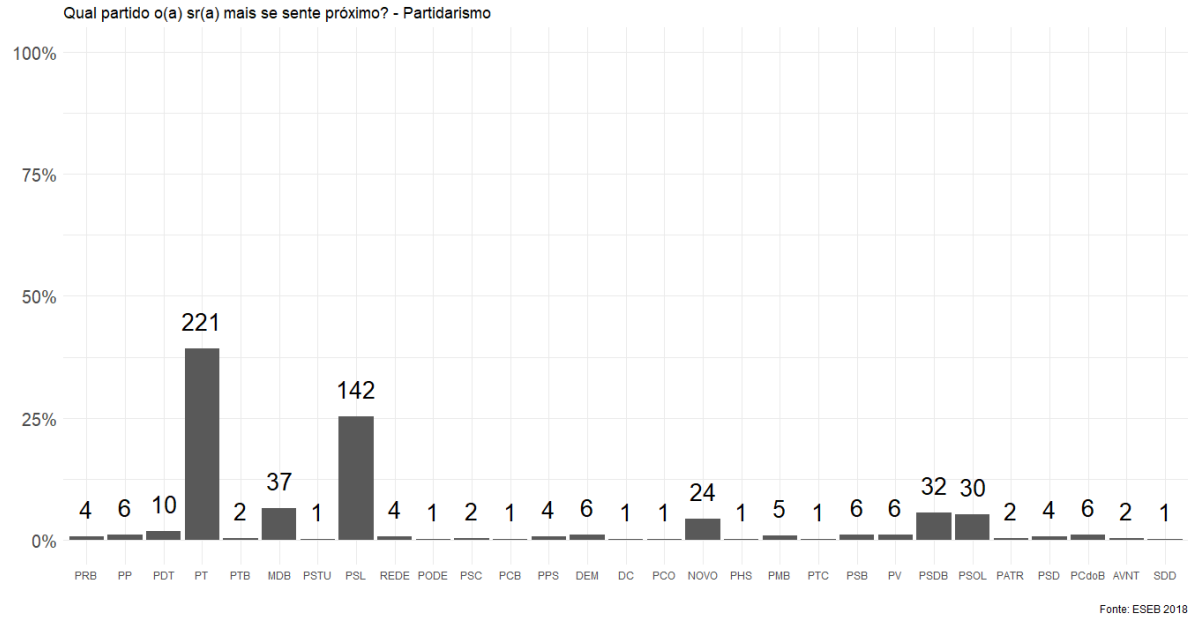
Ao discutir a função das identidades partidárias para os eleitores no Brasil algumas objeções são passíveis de serem levantadas em um primeiro instante: a dominância de uma lógica de *pork*, *performance* e personalidade entre os candidatos e seus eleitores (Ames et al, 2008), o papel do sistema eleitoral proporcional em viabilizar um multipartidarismo sem partidos majoritários (Mainwaring e Scully, 1995) e, por fim, a simples inexistência de marcas partidárias verdadeiramente de massa com exceção do Partido dos Trabalhadores (PT) (Samuels e Zucco, 2018). Todavia, esses argumentos quando comparados com dados de survey locais, indicam apenas que o partidarismo no Brasil funciona em uma lógica alternativa ao encontrado nas democracias majoritárias. No Brasil, o partidarismo é uma identidade social cujas intensidades variam entre os eleitores, que se organiza em uma lógica de *partisans* e *antipartisans* e que nos últimos 30 anos se orientou pela dinâmica entre partidários/apoiadores do PT, único partido de esquerda com viabilidade nacional, e seus opositores (Samuels e Zucco, 2018).

Para o argumento da dinâmica entre *partisans* e *antipartisans*, a divisão identitária entre PT e seus concorrentes não se explica apenas pela expansão da marca partidária promovida pelas elites do partido dos trabalhadores, mas fundamentalmente pela divergência de crenças e valores entre petistas e antipetistas sobre os papéis do governo e da democracia sobre a transformação social no país. Para a esquerda, simbolizada pelo PT, uma participação pivotal de lideranças de movimentos sociais nos mais altos quadros do executivo é um movimento que direciona a máquina do Estado e a democracia para uma direção de transformação social, movimento esse que é visto como inconsequente pelos *antipartisans* e eleitores

mais à direita cujos valores privilegiam um uso conservador da máquina pública (Samuels e Zucco, 2018).

Utilizando os dados de partidarismo do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2018, presentes no Gráfico 1, entre aqueles que dizem se simpatizar com algum partido (30% da amostra), encontramos exatamente o que os trabalhos anteriores apresentavam, um sistema fragmentado em diversos partidos com uma concentração de identificação ao redor do PT (39,2%) e da principal figura de oposição, representada à época pelo PSL (25,2%), além da maioria nominal de partidos de direita no Brasil (Bolognesi et al., 2023).

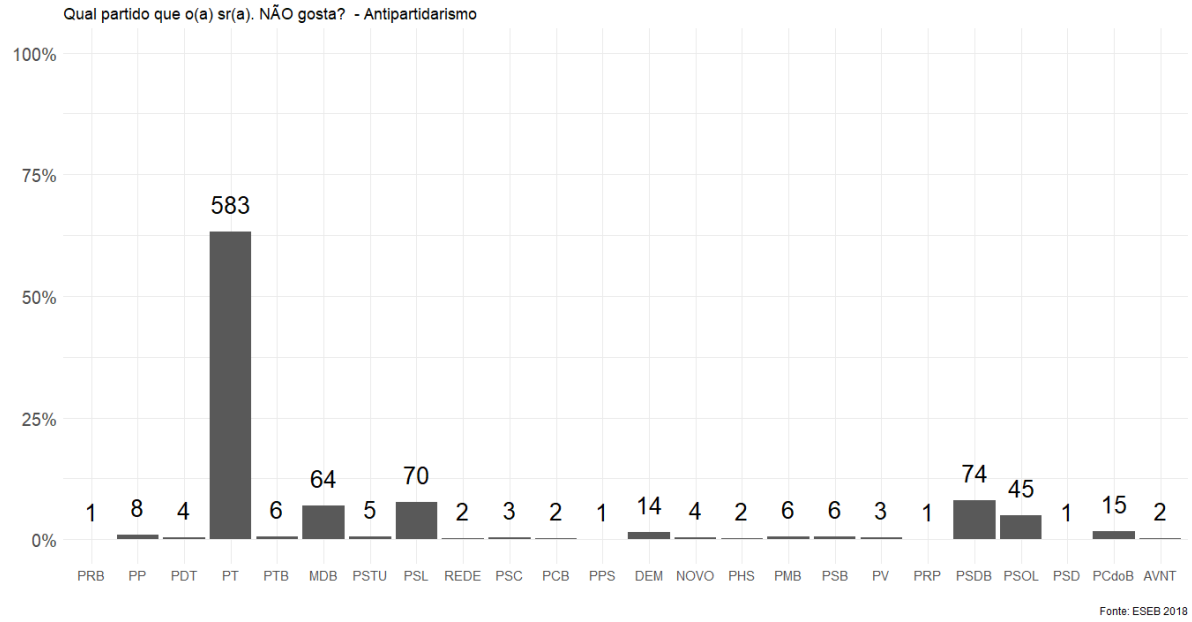
Gráfico 1 – Partidarismo no Brasil em 2018



Fonte: ESEB, 2018.

A dimensão do antipartidarismo no Brasil também parece se organizar ao redor do PT, como demonstrado no Gráfico 2, o partido conta com um número de *antipartisans* muito superior aos indivíduos que se identificam como partidários. Esse aumento de mais de 100% em comparação com os partidários do PT, sem aumentos equivalentes para os demais partidos, indica a existência também de um grupo de indivíduos que nutrem a identidade de *antipartisans* sem necessariamente se identificarem com qualquer outra marca partidária.

Gráfico 2 – Antipartidarismo no Brasil em 2018



Fonte: ESEB, 2018.

Essa polaridade entre partidários e antipartidários parece representar, no nível identitário, o traço mais marcante e estável da disputa política no Brasil. Idealmente, os testes sobre os determinantes das opiniões sobre mudanças climáticas e meio ambiente envolveriam a comparação entre esses dois grupos, em detrimento da comparação entre partidos e suas ideologias, devido à sua maior representatividade entre a população observada do que unicamente o partidarismo positivo. Infelizmente, entre as pesquisas que tratam sobre meio ambiente e mudanças climáticas, nenhuma coletou essa interseção entre identidade partidário e opinião sobre o clima.

3.2 HIPÓTESES

Por fim, a partir dos argumentos apresentados até então, defino as principais hipóteses que serão testadas neste trabalho.

a) H1: Partidarismo e Opiniões Climáticas - Datafolha 2019

Indivíduos que se identificam com partidos de esquerda estão mais fortemente relacionados com opiniões de apoio à causa climática do que indivíduos identificados de centro e indivíduos à direita.

A primeira e central hipótese do trabalho argumenta basicamente que, se a identificação partidária realmente for significativa para a formação das opiniões sobre

mudanças climáticas, teremos um efeito significativo nas respostas sobre a percepção de desmatamento, desenvolvimento sustentável e avanço do agronegócio sobre áreas preservadas.

b) H2: Ideologia e Percepção de Risco Climático - Base ITS 2020-21

Indivíduos que se identificam ideologicamente como “mais à esquerda” possuem maior percepção de risco climático para a própria família e para as próximas gerações, além da percepção de consenso científico sobre as mudanças climáticas do que indivíduos identificados como “mais ao centro” e indivíduos identificados como “mais à direita”.

Essa hipótese é construída de forma a comparar os efeitos da ideologia e componentes sociodemográficos sobre a percepção de risco e de consenso científico.

c) H3: Ideologia e Comportamento Climático - Base ITS 2020-21

Indivíduos que se identificam ideologicamente como “mais à esquerda” estão mais fortemente relacionados com comportamentos de apoio à causa climática do que indivíduos identificados como “mais ao centro” e indivíduos identificados como “mais à direita”.

Com uma racional semelhante à da hipótese sobre percepções, a relação entre ideologia e comportamentos relacionados ao meio ambiente apresenta a oportunidade de avaliar a extensão do efeito da ideologia sobre os indivíduos quando perguntados sobre comportamentos que demandam maior comprometimento pessoal do que a opinião individual.

4 DESENHO DE PESQUISA E BASES DE DADOS

4.1 DESENHO DE PESQUISA

Estudos empíricos de opinião pública que se especializam em perguntas sobre mudanças climáticas no Brasil ainda são escassos e recentes. Até o momento desta pesquisa, constam duas pesquisas publicamente disponíveis que dispunham de perguntas direcionadas para a opinião sobre mudanças climáticas e sobre o posicionamento político, partidário e ideológico dos indivíduos em nível Brasil: “Avaliação do Presidente Jair Bolsonaro - 8 meses”, realizada pelo Instituto Datafolha em 2019, e a pesquisa em Percepção Climática com três edições realizadas consecutivamente entre 2020 e 2022 pelo Instituto Tecnologia e Sociedade do Rio (ITSRio).

Para produzir um conjunto de evidências mais robustas utilizando dados secundários, escolhemos trabalhar com ambas as bases de forma a gerar dois conjuntos de evidências que equilibrem as qualidades e deficiências uma da outra. Mais especificamente, os dados da pesquisa Datafolha 2019 dispõem de uma pergunta sobre identificação partidária que dialoga diretamente com o argumento da dissertação; entretanto, possui um conjunto reduzido de perguntas sobre a opinião em relação às mudanças climáticas e ao ambientalismo, além de não coletar informações sobre antipartidarismo. Enquanto isso, a pesquisa Percepção Climática conta com um amplo acervo de perguntas de opinião sobre as mudanças climáticas, como também sobre comportamentos ambientalistas; porém, apenas uma pergunta que captura a ideologia política dos indivíduos, sem capturar diretamente suas identidades partidárias. Dessa forma, o estudo possibilita apenas uma evidência associativa da relação entre opinião climática e partidarismo[5].

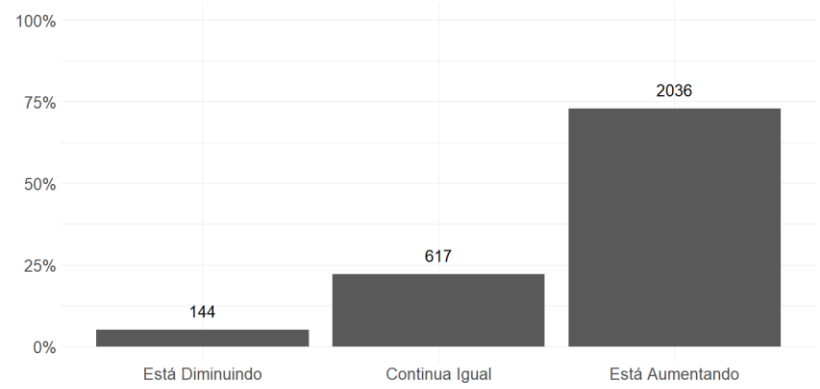
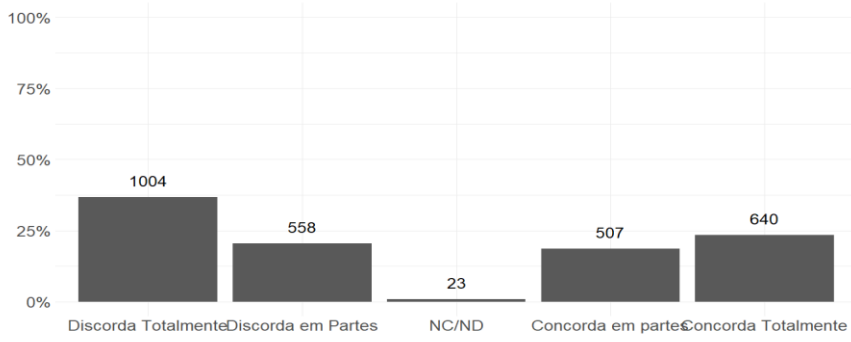
Modelos de Regressão Linear Múltiplos e de Regressão Logística serão implementados para acessar as relações entre as opiniões e comportamentos sobre as mudanças climáticas e as variáveis explicativas de partidarismo e ideologia, além dados sociais e demográficos. Na seção seguinte apresento os dados a serem utilizados.

[5] A relação entre ideologia e opinião sobre mudanças climáticas é a segunda variável demográfica com maior correlação com crença nas mudanças climáticas encontrado em meta-análise (Hornsey et al, 2016).

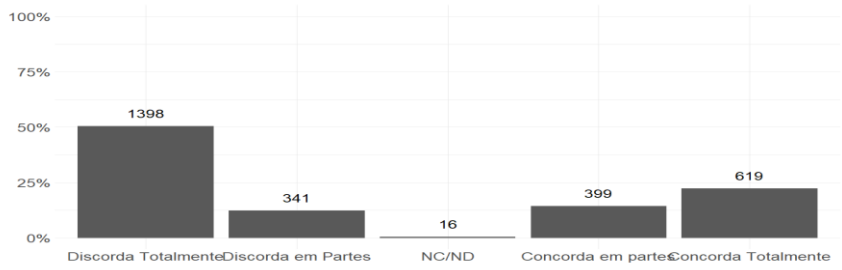
4.1.1 Datafolha 2019

A “Avaliação do Presidente Jair Bolsonaro - 8 meses” foi produzida pelo Datafolha como forma de mensurar a opinião pública sobre o presidente e seus ministros em face de eventos recentes da gestão, entre eles, a crescente do desmatamento na amazônia[6], que foi tratada como instrumento de polarização política por parte do então presidente. Aqui, perguntas sobre o trade-off entre economia e meio ambiente, percepção do desmatamento entre os eleitores e o papel do agronegócio no Brasil constroem a “Dimensão 1” de Opiniões sobre o clima e que são alinhadas com a “Dimensão 2” da variável independente de partidarismo. As variáveis são descritas nas Tabelas 1 e 2, respectivamente:

Tabela 1 - Descrição das Variáveis de Opinião sobre Clima - Datafolha 2019

	Pergunta	Distribuição
Percepção sobre Desmatamento	Pelo que você sabe ou ouviu falar, o desmatamento da Amazônia neste ano está aumentando, diminuindo ou continua igual a anos anteriores?	
Desenvolvimento x Política Ambiente	A política ambiental atrapalha o desenvolvimento do Brasil?	

[6] https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/21/fala-de-bolsonaro-sobre-queimada-na-amazonia-e-irresponsavel-e-leviana-dizem-ambientalistas.ghtml

Agronegócio	O agronegócio brasileiro precisa de mais espaço para produzir e deve ocupar áreas de floresta que hoje são preservadas?	

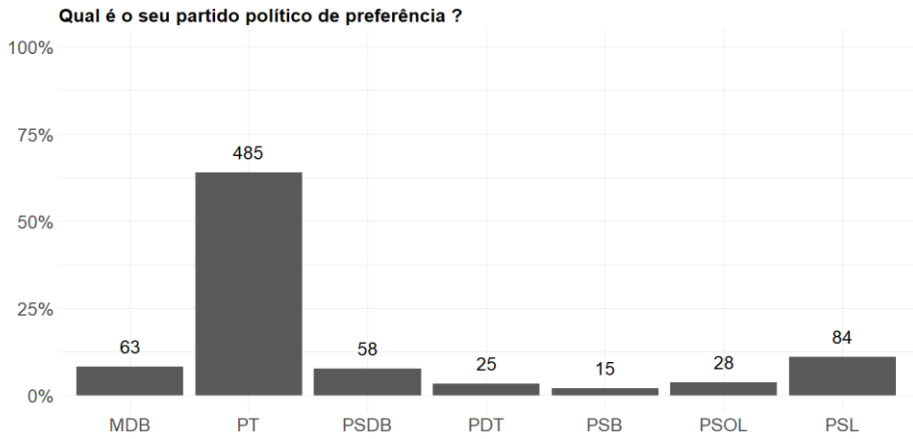
Fonte: Datafolha, 2019.

Conceitualmente, as perguntas apresentadas pelo Datafolha 2019 capturam componentes de percepção e saliência através da pergunta sobre aumento do desmatamento, e componentes econômicos ao perguntar sobre o equilíbrio desenvolvimento x sustentabilidade e sobre o avanço do agronegócio. Quando comparadas entre si, a principal observação a ser feita está no fato de que a aparente predominância da percepção de aumento no desmatamento não se traduz em uma dominância nas opiniões sobre desenvolvimento sustentável ou avanço do agronegócio.

Descritivamente, a variável de percepção sobre desmatamento identifica que, dos indivíduos que estavam atentos ao evento do desmatamento na Amazônia, que ganharam ampla repercussão nacional durante o ano de 2019, 72% responderam que "está aumentando" e 22% reportaram que continuava o mesmo, com 5% respondendo que "está diminuindo". Sobre o *trade-off* entre desenvolvimento e política ambiental, 42% dos indivíduos concordam totalmente ou parcialmente com a afirmação e 56% discordam da afirmação, a percepção mais polarizada da amostra. Sobre a percepção de avanço do agronegócio, 36% dos indivíduos concordam total ou parcialmente e 62% discordam total ou parcialmente da afirmação. Dessa forma, é notável a presença de dois polos nas distribuições da opinião climática.

Assim como evidenciado nos dados de partidarismo do ESEB 2018, a pesquisa Datafolha de 2019 também encontra uma concentração de partidarismo ao redor do PT, com uma menor expressão do candidato opositor do momento, o PSL. Entretanto, é necessário tomar nota que 73,6% dos entrevistados (n = 2120) responderam que não detinham qualquer tipo de preferência ou identidade partidária.

Tabela 2 - Descrição do Partidarismo - Datafolha 2019

Variável	Pergunta	Distribuição
Partidarismo	Qual é o seu partido político de preferência?	

Fonte: Datafolha, 2019.

4.1.2 Dados ITS

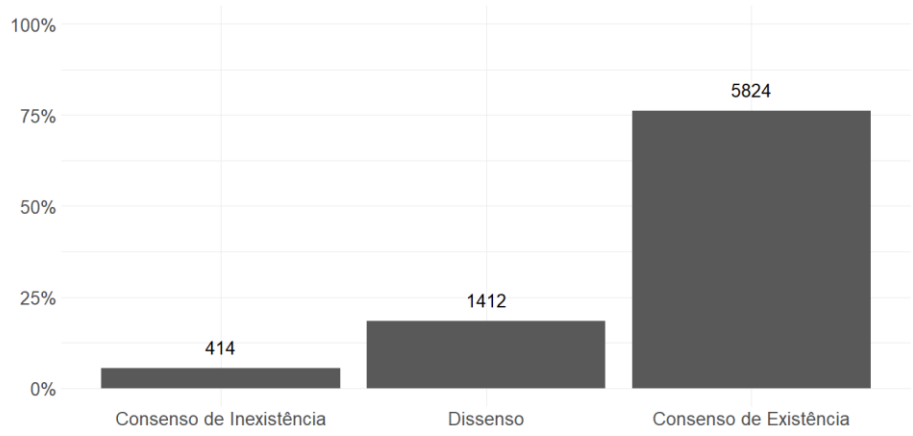
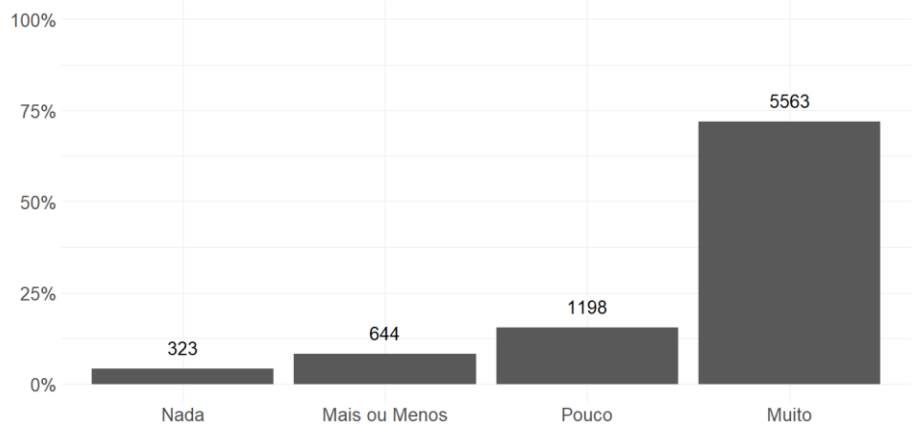
A pesquisa de “Mudanças Climáticas na percepção dos brasileiros” foi produzida com o intuito de identificar, pela primeira vez, o estado da percepção sobre mudanças climáticas com uma variedade de perguntas que permitisse captar detalhes da percepção de risco, percepção de conhecimento individual, comportamentos declarados, identificação de responsáveis pelos principais eventos do tema, entre outros. Para o objeto de interesse desta pesquisa, perguntas que capturassem a percepção de risco individual e para futuras gerações e a percepção de consenso científico foram selecionadas para constituir uma dimensão sobre a percepção da gravidade e da “realidade” do fenômeno, e são detalhados na “Dimensão 1”.

Também construo a “Dimensão 2” constituída por comportamentos declarados pelos indivíduos que envolvem alguma forma de ativismo ambiental. Essas variáveis são valiosas para capturar, mesmo que apenas em nível declaratório, um comprometimento maior por parte dos indivíduos através da concretude de suas ações. Por fim, também separo uma terceira dimensão para o componente ideológico.

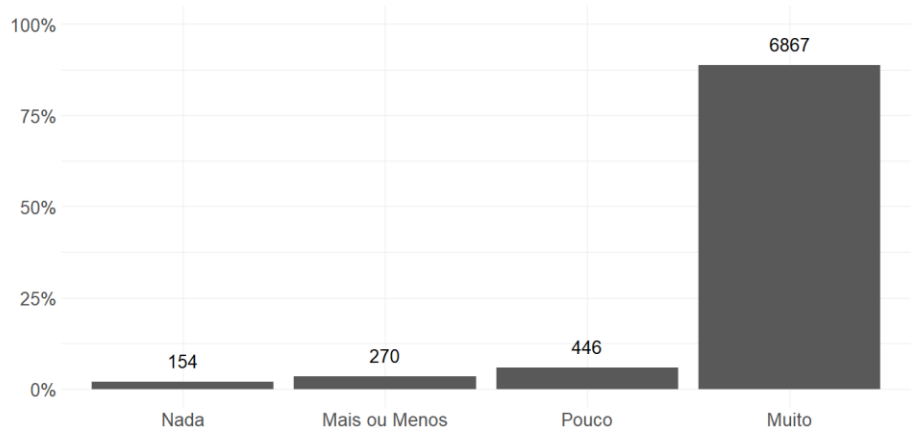
4.1.2.1 Dimensão 1: Percepções sobre as Mudanças Climáticas

Aqui serão desenvolvidos três modelos de regressão linear onde cada uma das variáveis de percepção é dependente.

Tabela 3 - Descrição das Variáveis de Percepção de Risco Climático – ITS

	Pergunta	**Distribuição**
Consenso Científico	A maior parte dos cientistas acha que o aquecimento global está acontecendo, discordam sobre estar acontecendo ou concordam sobre não acontecer?[7]	
Família Prejudicada	Na sua opinião, o quanto você acha que o aquecimento global pode prejudicar você e a sua família?	

[7] Pergunta reescrita para fins de organização na tabela, a pergunta original é a seguinte: “Qual das três frases que eu vou ler mais se aproxima da sua opinião sobre o que os cientistas acham do aquecimento global? Um: A maior parte dos cientistas acha que o aquecimento global está acontecendo; Dois: Os cientistas discordam muito entre eles sobre se o aquecimento global está acontecendo; Três: A maior parte dos cientistas acha que o aquecimento global não está acontecendo?”

Próximas Gerações	E o quanto você acha que o aquecimento global pode prejudicar as próximas gerações?	

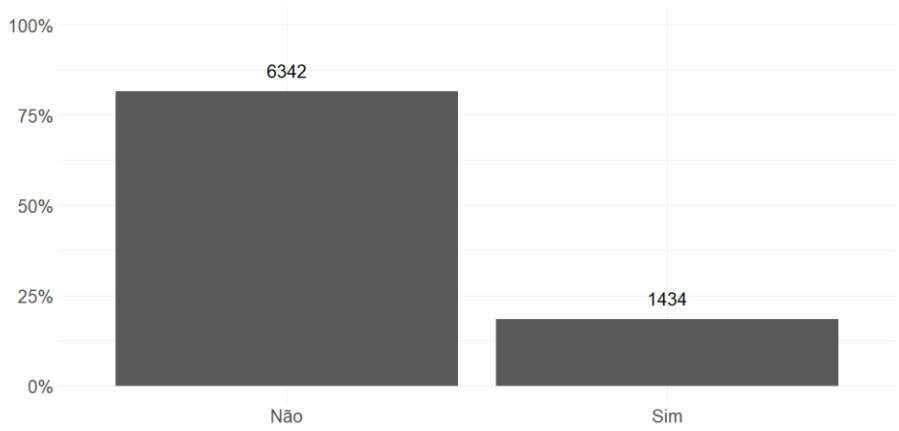
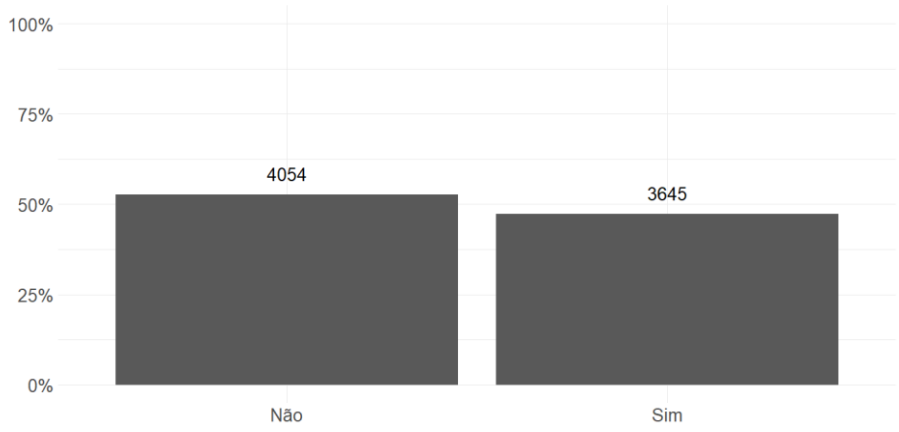
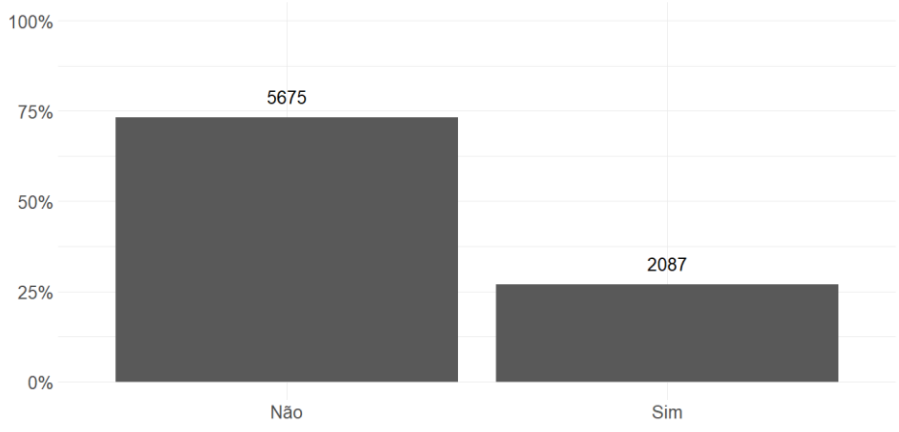
Fonte: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio, 2021 e 2022

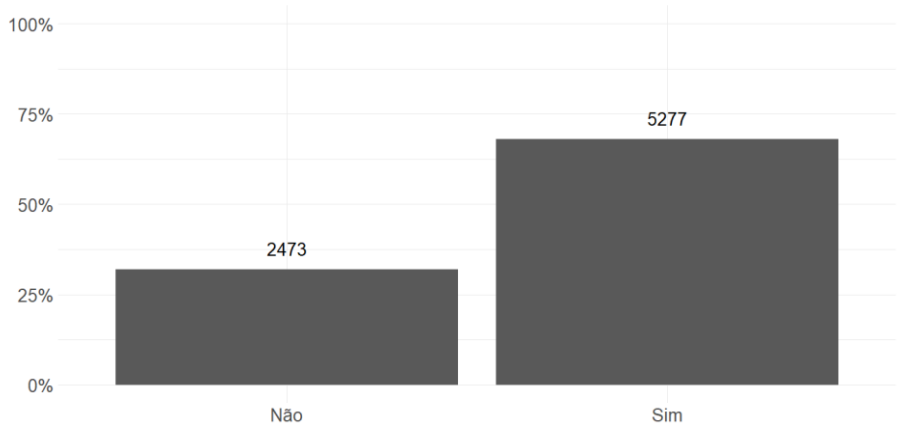
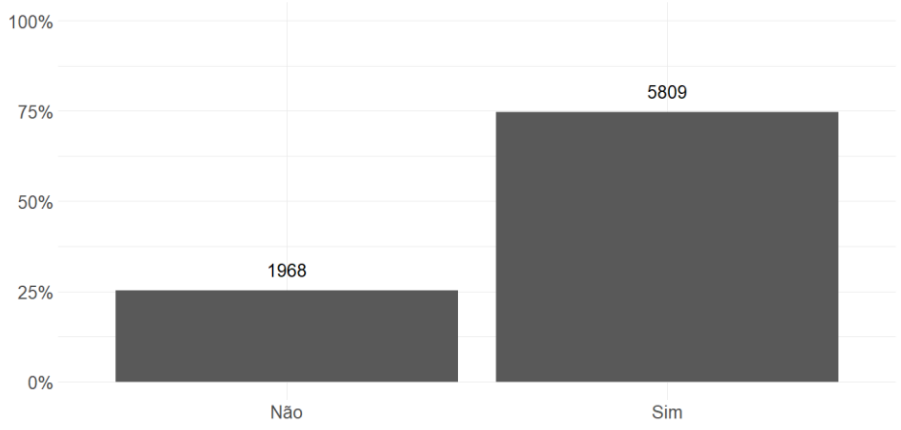
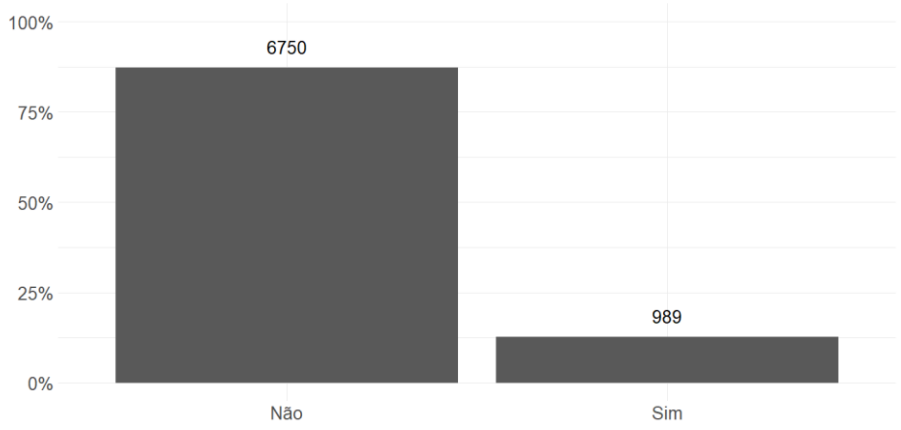
Esses resultados corroboram com os dados de que indivíduos da América do Sul, e especificamente o Brasil, possuem elevados níveis de percepção de risco climático; entretanto, também é possível a existência de um efeito de desejabilidade social nas respostas quando os indivíduos são convidados a cogitar a possibilidade de serem afetados pelas mudanças climáticas.

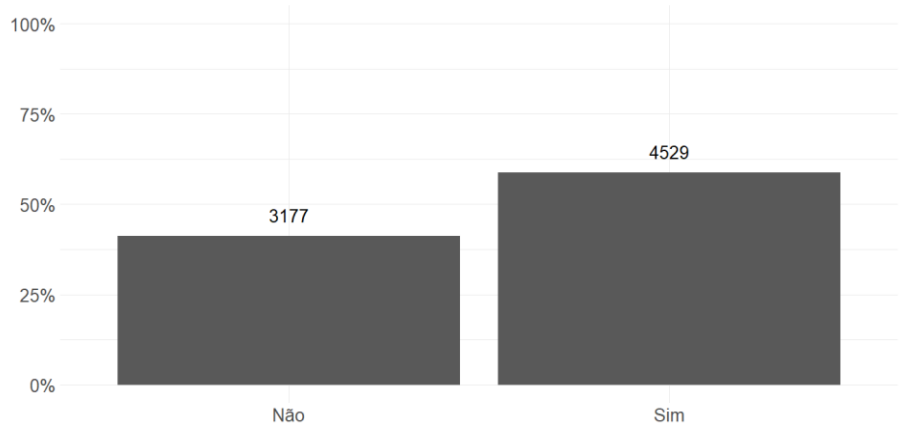
4.1.2.2 Dimensão 2: Comportamento Climático

Formado por um conjunto de sete variáveis referentes à participação em manifestações em prol do meio ambiente, voto em candidatos em razão de pautas ambientalistas, doação para instituições de defesa do meio ambiente, compartilhamento de notícias em defesa do meio ambiente, hábito de separar lixo para a reciclagem, uso de energia solar ou fontes não poluentes de energia e mudança de hábitos de consumo. Cada uma dessas variáveis é utilizada como variável dependente nos sete modelos de regressão logística utilizados na Dimensão 2.

Tabela 4 - Descrição das Variáveis de Comportamento e Mudanças Climáticas – ITS

Variável	Pergunta	Distribuição
Participação em Manifestações ou Abaixo-Assinados	Já participou de alguma manifestação ou abaixo assinado sobre mudança climática?	
Voto em Candidatos com Propostas Ambientalistas	Já votou em algum político em razão de suas propostas para defesa do meio ambiente?	
Doações	Já fez alguma doação para instituições de defesa do meio ambiente?	

Compartilhamento de Notícias	Já compartilhou informações ou notícias em defesa do meio ambiente?	
Separar Lixo para Reciclagem	Costuma separar lixo para reciclagem?	
Uso de Energia Solar ou Fontes Não-poluentes	Utiliza energia solar ou outras fontes não-poluentes?	

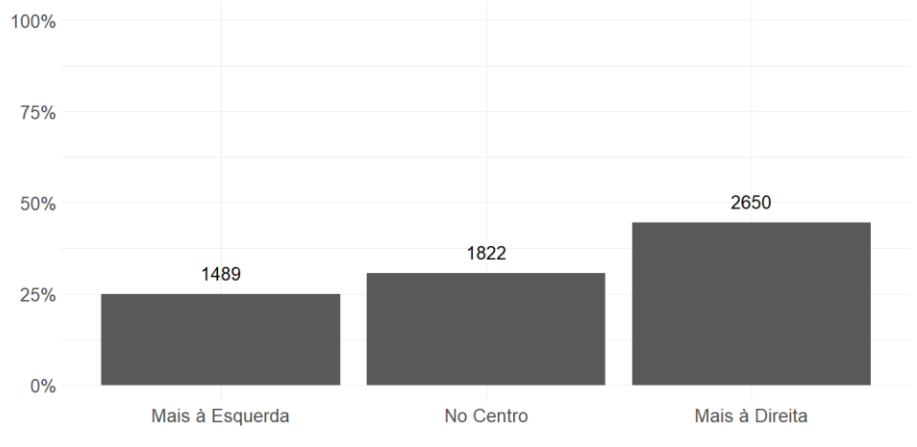
Mudou Hábitos de Consumo	Mudou hábitos de consumo por prejudicaram o meio ambiente?	

Fonte: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio, 2021 e 2022

4.1.2.3 Dimensão 3: Ideologia

Como apresentado previamente, os dados do ITS não dispõem de uma pergunta direta sobre identidade partidária; entretanto, dispõem de uma pergunta sobre o posicionamento ideológico dos entrevistados, apresentada na Tabela 5.

Tabela 5 - Descrição da Variável Ideologia - ITS

Variável	Pergunta	Distribuição
Ideologia	Na política, as pessoas normalmente falam em “esquerda”, “direita” e “centro”. Você se define como:	

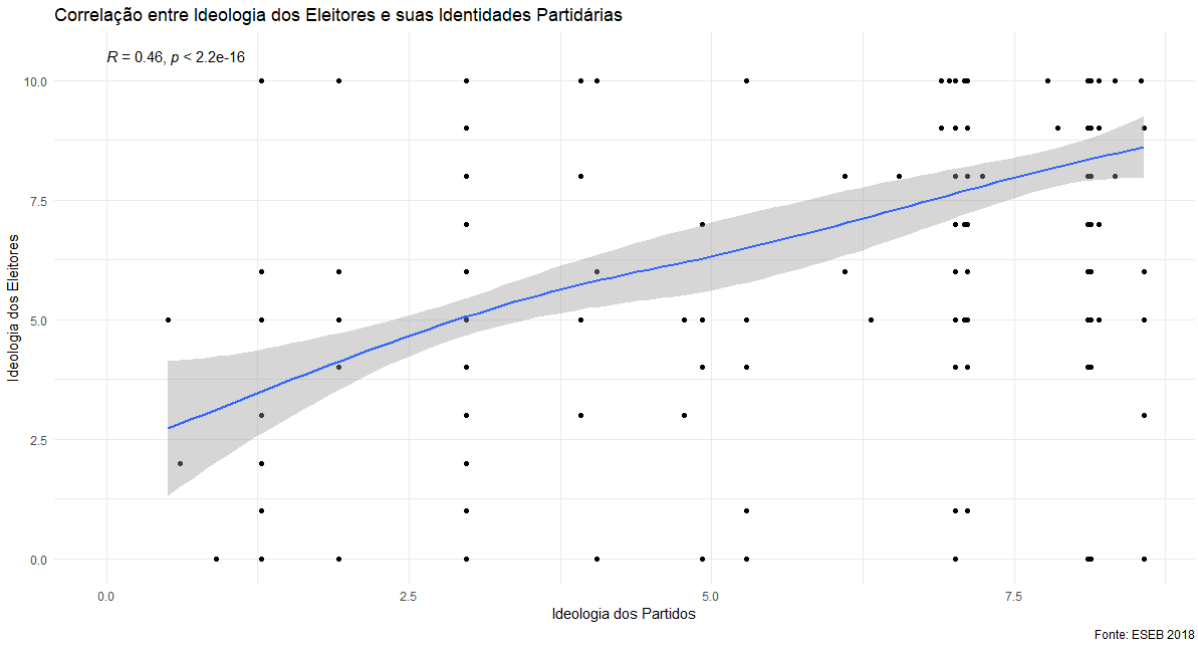
Fonte: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio, 2021 e 2022

A identidade ideológica dos indivíduos, em conjunto com a identidade partidária, também é identificada como um componente de forte relação com a crença na ocorrência das mudanças climáticas em estudos de meta-análise (Hornsey et al.

2016). Para fins de comparação, relaciono os dados do ESEB 2018 sobre identificação ideológica com a classificação ideológica dos partidos citados na classificação de identidade partidária.

No Brasil, o partidarismo também possui moderada correlação com a ideologia dos indivíduos, ou seja, indivíduos que se identificam com partidos de esquerda (ou direita) costumam também se posicionar ideologicamente junto à esquerda (ou direita). Uma correlação de $r = 0.46$ é encontrada ao utilizarmos os dados de partidarismo e posicionamento ideológico a classificação de ideologia partidária que varia entre extrema-esquerda e extrema-direita (Bolognesi et al., 2023). O gráfico 3 apresenta os resultados.

Gráfico 3 - Correlação entre Ideologia dos Eleitores e suas Identidades Partidárias



Fonte: ESEB, 2018.

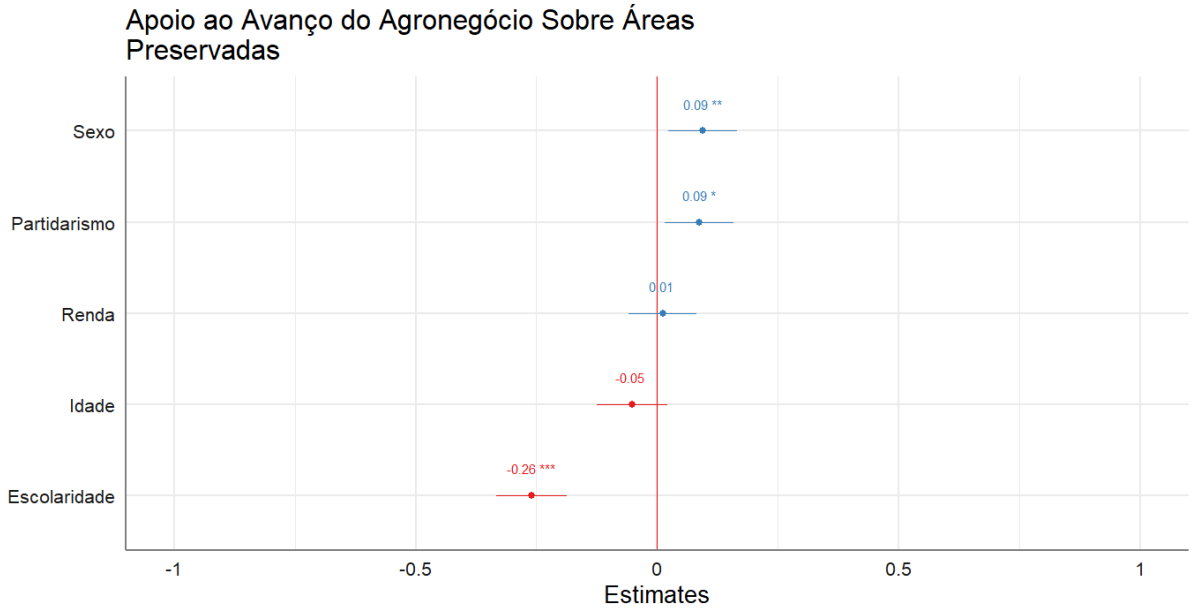
Através dessa leitura argumento que, referente ao partidarismo no Brasil e referente à função da identidade partidária para organizar crenças e valores sobre a política, os indivíduos e a transformação social, é razoável utilizar as variáveis de Ideologia e Partidarismo, para fins de comparação das *attitudes* sobre as mudanças climáticas no Brasil. Argumento que o uso da variável de posicionamento ideológico para o Brasil, apesar de perder informações sobre a identificação específica da marca partidária, mantém parte da função fundamental de organizar as crenças e valores

dos eleitores para aquilo que lhes é importante na execução das políticas e também de fornecer atalhos e informações sobre quais posicionamentos lhes são mais congruentes em questões menos salientes para cada indivíduo.

5 RESULTADOS

5.1 H1: PARTIDARISMO E OPINIÕES CLIMÁTICAS - DATAFOLHA 2019

Gráfico 4 - Apoio ao Avanço do Agronegócio sobre Áreas preservadas



Fonte: Datafolha, 2019.

Sobre o apoio ao avanço do agronegócio sobre áreas preservadas, as duas únicas variáveis significativas ao nível de 5% (p-valor < 0,05) foram as de escolaridade e de sexo, onde indivíduos com menor escolaridade são significativamente mais propensos a apoiar o avanço do agronegócio, enquanto homens são marginalmente mais propensos que mulheres em seu apoio. Nossa variável de interesse de partidarismo não foi significativa dentro do critério de corte de 5%, indicando ausência de relação com a VD. Quando olhamos com mais atentamente para a distribuição das respostas entre os partidos, disponível na Tabela 6, encontramos que os partidários de esquerda, com exceção dos partidários do PSOL, se encontravam divididos entre concordar e discordar, com uma razoável maioria para aqueles que discordam dos avanços.

Tabela 6 - Cruzamento entre Partidarismo e Apoio ao Avanço do Agronegócio sobre Áreas Preservadas

Cruzamento entre Partidarismo e Apoio ao Avanço do Agronegócio sobre Áreas Preservadas

PARTIDO	DISCORDA TOTALMENTE	DISCORDA EM PARTES	NC/ND	CONCORDA EM PARTES	CONCORDA TOTALMENTE
PSOL	85.7% (24)	0.0% (0)	0.0% (0)	3.6% (1)	10.7% (3)
PT	53.6% (255)	9.2% (44)	0.4% (2)	14.5% (69)	22.3% (106)
PDT	54.2% (13)	20.8% (5)	0.0% (0)	8.3% (2)	16.7% (4)
PSB	53.8% (7)	0.0% (0)	0.0% (0)	7.7% (1)	38.5% (5)
MDB	37.1% (23)	16.1% (10)	0.0% (0)	17.7% (11)	29.0% (18)
PSDB	45.6% (26)	14.0% (8)	0.0% (0)	21.1% (12)	19.3% (11)
PSL	49.4% (41)	12.0% (10)	0.0% (0)	25.3% (21)	13.3% (11)
Não Partidários	49.7% (1,009)	13.0% (264)	0.7% (14)	13.9% (282)	22.7% (461)
Total	50.4% (1,398)	12.3% (341)	0.6% (16)	14.4% (399)	22.3% (619)

Fonte: Datafolha 2019

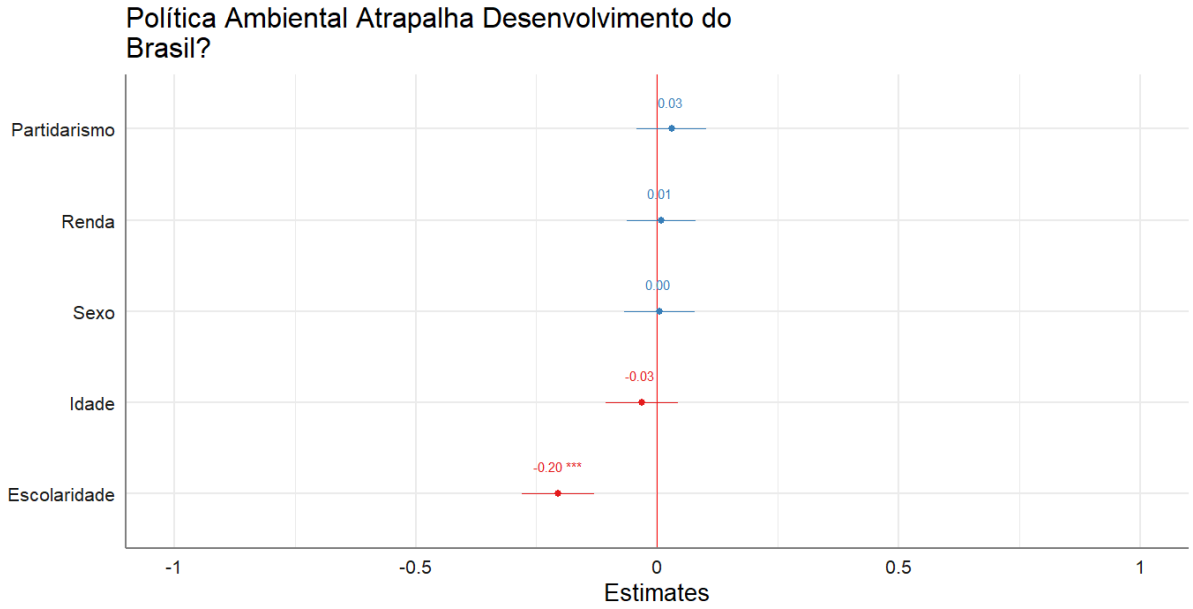
Fonte: Datafolha, 2019

Entre os não-partidários a tendência é a mesma, uma maioria que discorda seguida de um significante grupo que concorda com a redução das áreas preservadas em prol do avanço do agronegócio. Esses resultados nos levam a entender que, ainda que as evidências indiquem que o partidarismo de esquerda, mais progressista, seja associado a um maior ambientalismo e crença nos efeitos das mudanças climáticas (Horsney et al. 2016), essa relação não parece se sustentar para todas as situações.

Para o Brasil de 2019, em que o aumento do desmatamento Amazônia ganhou grande cobertura jornalística e ganhou força no discurso da oposição de esquerda, mas cujo tópico razoavelmente semelhante do avanço do agronegócio não ganhou semelhante espaço e aderência, os resultados parecem indicar que o partidarismo, quando não engajado no tema, não é capaz de identificar de maneira ampla e clara as opiniões dos indivíduos sobre a preservação do meio ambiente.

No gráfico a seguir, apresento os resultados para a relação entre política ambiental e desenvolvimento econômico.

Gráfico 5 – Política Ambiental Atrapalha o Desenvolvimento do Brasil?



Fonte: Datafolha, 2019.

Para a pergunta sobre o impacto negativo da política ambiental sobre o desenvolvimento da economia brasileira, a única variável significativa foi a de escolaridade, as demais incluindo a variável de interesse de partidarismo não foi significativa em nenhum nível. Essa relação negativa entre escolaridade e a VD nos indica que quanto menor o tempo de estudo formal do indivíduo maior a tendência de ele concordar que a política ambiental atrapalha o desenvolvimento. Quando comparamos os dados descritivos da variável dependente, disponíveis na Tabela 1, com os dados do cruzamento de partidarismo, disponíveis na Tabela 7 a seguir, fica evidente de que as identidades partidárias são capazes de abrigar opiniões divergentes sobre os efeitos da política ambiental e de que o espectro ideológico da marca partidária, no Brasil, não parece ser um marcador definitivo e isolado nas opiniões dos indivíduos sobre meio ambiente e mudanças climáticas.

Tabela 7 - Cruzamento entre Partidarismo e Efeito da Política Ambiental sobre Desenvolvimento Econômico

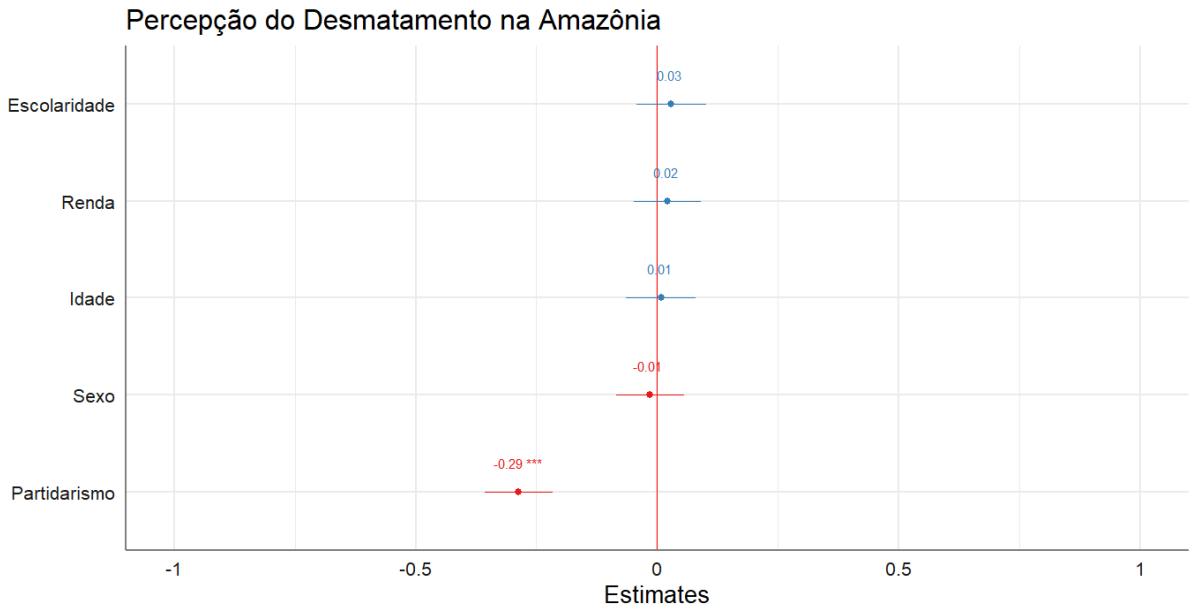
Cruzamento entre Partidarismo e Efeito da Política Ambiental sobre Desenvolvimento Econômico

PARTIDO	DISCORDA TOTALMENTE	DISCORDA EM PARTES	NC/ND	CONCORDA EM PARTES	CONCORDA TOTALMENTE
PSOL	60.7% (17)	17.9% (5)	0.0% (0)	10.7% (3)	10.7% (3)
PT	39.1% (184)	19.1% (90)	0.6% (3)	17.6% (83)	23.6% (111)
PDT	45.8% (11)	16.7% (4)	0.0% (0)	16.7% (4)	20.8% (5)
PSB	21.4% (3)	21.4% (3)	0.0% (0)	21.4% (3)	35.7% (5)
MDB	30.2% (19)	23.8% (15)	0.0% (0)	20.6% (13)	25.4% (16)
PSDB	32.8% (19)	25.9% (15)	1.7% (1)	17.2% (10)	22.4% (13)
PSL	32.5% (26)	31.2% (25)	0.0% (0)	25.0% (20)	11.2% (9)
Não Partidários	36.4% (725)	20.1% (401)	1.0% (19)	18.6% (371)	24.0% (478)
Total	36.7% (1,004)	20.4% (558)	0.8% (23)	18.6% (507)	23.4% (640)

Fonte: Datafolha 2019

Fonte: Datafolha, 2019

Gráfico 6 - Percepção de Desmatamento na Amazônia



Fonte: Datafolha, 2019.

Para a percepção de desmatamento na Amazônia em 2019, primeiro ano de governo do Presidente Jair Bolsonaro e também primeiro ano de retomada do crescimento dos índices de desmatamento no país (WRI, 2023)[8], a única variável significativa foi a de partidarismo do eleitor, onde partidários de esquerda foram muito mais propensos a identificar o aumento do desmatamento em comparação a indivíduos que se identificam partidos de direita. Entretanto, é necessário notar que a tendência de perceber o aumento do desmatamento na Amazônia também é

[8] Analysis on Global Forests and Tree Cover Loss (WRI, 2023)

identificável entre não-partidários, que é comparativamente maior do que os partidários de direita, como é apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 - Percepção do Desmatamento entre Partidários e Não-partidários

Percepção do Desmatamento entre Partidários e Não-partidários

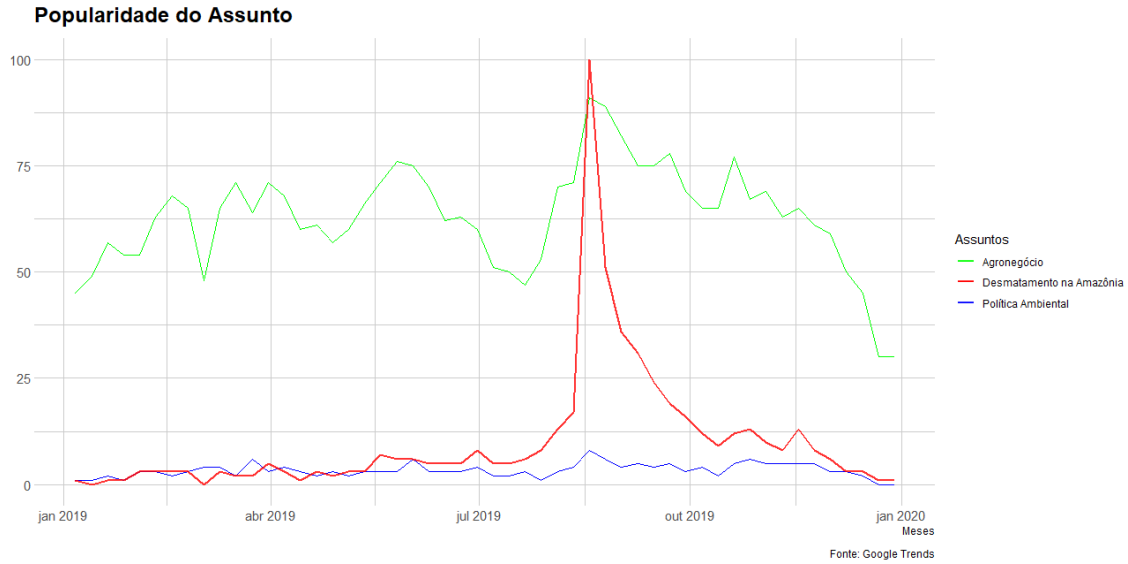
IDEOLOGIA DO PARTIDO	ESTÁ DIMINUINDO	CONTINUA IGUAL	ESTÁ AUMENTANDO
Direita	9.4% (19)	29.1% (59)	61.6% (125)
Esquerda	2.2% (12)	12.8% (70)	85.0% (463)
Não Partidários	5.5% (113)	23.8% (488)	70.7% (1,448)
Total	5.1% (144)	22.1% (617)	72.8% (2,036)

Fonte: Datafolha 2019

Fonte: Datafolha, 2019

Levando em consideração a ampla cobertura jornalística feita sobre o tema do desmatamento da Amazônia em 2019, o que os dados aqui apresentados parecem indicar que a de utilização da pauta ambiental como discurso de oposição que ganhou aderência entre os partidários de esquerda, que a percepção dos não-partidários também foi alavancada pela cobertura jornalística, mas que partidários de direita tiveram maior resistência em suas avaliações de percepção do desmatamento. No gráfico a seguir apresento a popularidade de busca no Google Trends sobre o desmatamento na Amazônia e comparo com os assuntos sobre agronegócio e política ambiental perguntados no survey.

Gráfico 7 - Popularidade de Busca no Google Trends



Fonte: Google Trends, 2022

Aqui é possível observar que o tema de desmatamento na Amazônia com baixa popularidade em comparação ao assunto de agronegócio tem um pico de crescimento de buscas durante o mês de agosto de 2019, o mesmo mês em que a pesquisa Datafolha foi aplicada. Esse mesmo crescimento não é seguido pelo assunto de “Política Ambiental” podendo indicar que o crescimento de um problema como o desmatamento não necessariamente eleva a popularidade de pesquisa de temas dentro do mesmo tema ambiental, mas sim que o contexto da cobertura do tema é que definirá a abrangência do assunto.

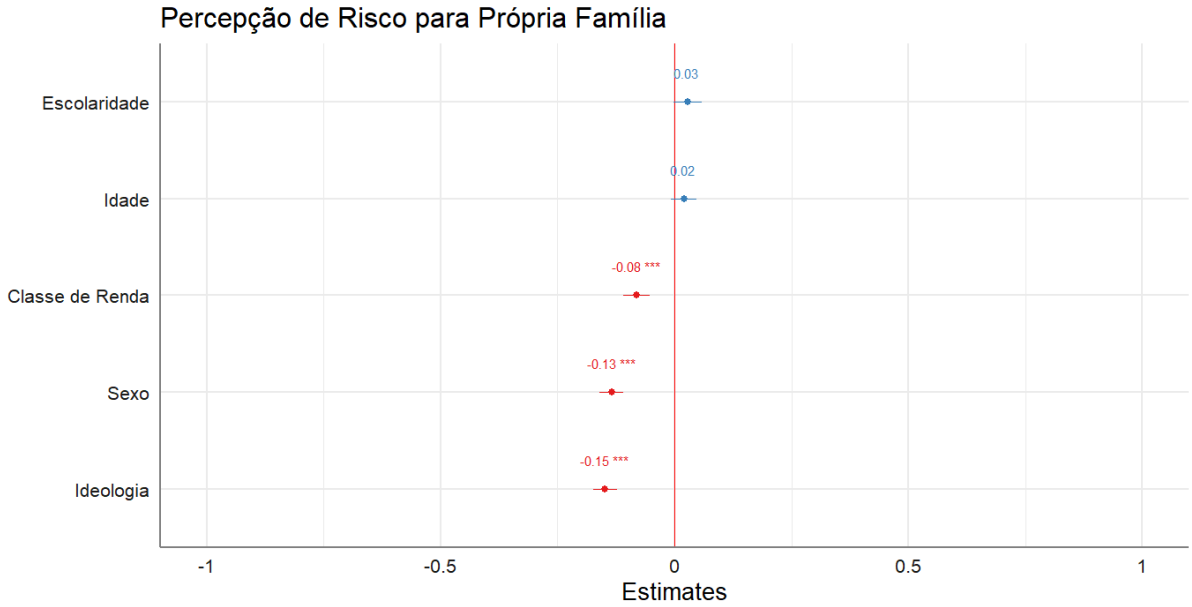
Por outro lado, o evento do crescimento da popularidade do assunto pode implicar que, em comparação com os assuntos anteriores, Avanço do Agronegócio e Consequências da Política Ambiental na Economia, o partidarismo funcionaria como um indicativo da reação dos indivíduos em relação a um assunto que ganhou saliência e foi apresentado em um recorte político que dialoga com a dinâmica de incubência e oposição dos partidários. De forma mais clara, o aumento da saliência do tema do desmatamento ambiental, apresentado como um problema cuja solução não é de interesse dos incumbentes de extrema-direita, pode ter incentivado e elevado a percepção negativa por parte dos partidários opositores e dos não-partidários, mas foi recebido com maior resistência por parte dos partidários de direita do incumbente.

Essa relação entre saliência de um assunto e ajuste de *framing* que engajam com os sistemas de motivação das identidades partidárias dos indivíduos é o que encontro circunstancialmente ao relacionar a saliência do desmatamento sobre a disputa partidária que é evidenciada pelo partidarismo e que é encontrada diretamente nos experimentos de survey com manipulações de motivações conduzidos com republicanos nos EUA (Bayes et al. 2020).

5.2 H2: IDEOLOGIA E PERCEPÇÃO DE RISCO CLIMÁTICO

Aqui os resultados são divididos entre três gráficos referentes aos determinantes para percepção de risco climático para a própria família, percepção de risco climático para as futuras gerações e, por fim, percepção de consenso entre os cientistas sobre o risco das mudanças climáticas. Todos os coeficientes foram padronizados (standardized) para permitir melhor comparação entre seus resultados.

Gráfico 8 - Percepção de Risco para Própria Família

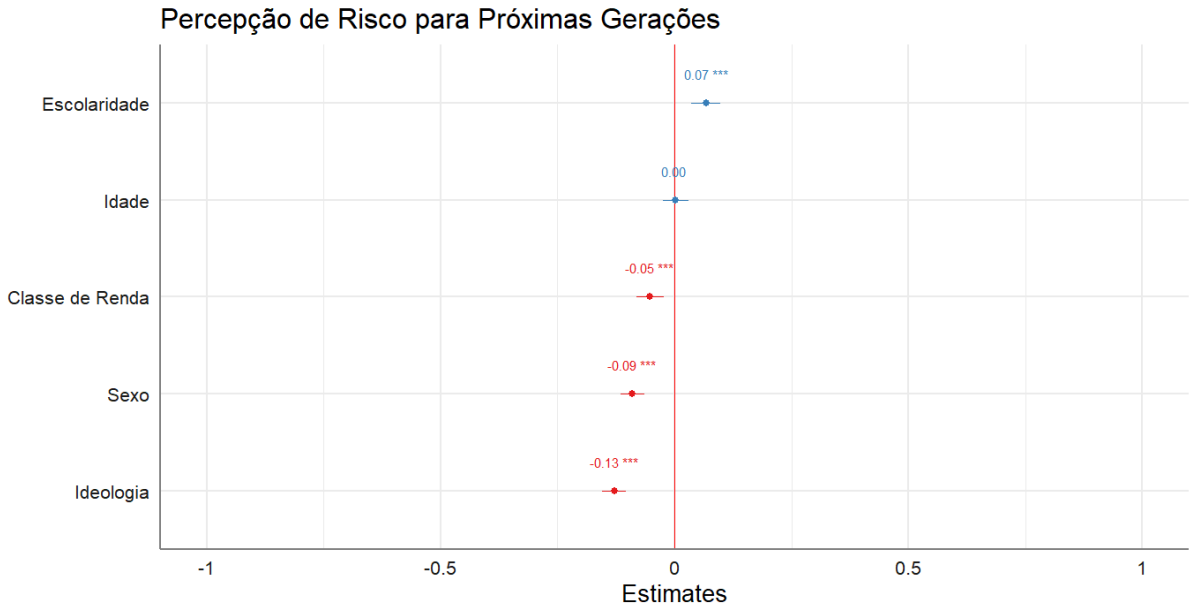


Fonte: Elaboração Pória

Analisando o modelo, a variável com maior relação com a percepção de risco é a de ideologia, onde a relação negativa entre as variáveis indica a tendência de que indivíduos de esquerda percebem um risco maior para suas próprias famílias. Em seguida, os resultados indicam que indivíduos do sexo feminino também tendem a

perceber um risco maior para as próprias famílias, uma tendência já identificada em estudos que também analisam determinantes da percepção de risco (McCright, 2010; Lewis, Palm and Feng, 2019). Por fim, a variável de classe de renda possui um efeito mais tímido, porém significativo, podendo indicar que a situação de vulnerabilidade social pode ter algum efeito na percepção de risco familiar. Não foram encontrados efeitos significativos para as variáveis de escolaridade e idade. Dessa forma, os resultados para percepção de risco familiar permitem a corroborar com o argumento de indivíduos de esquerda tendem a estar mais preocupados com os riscos climáticos.

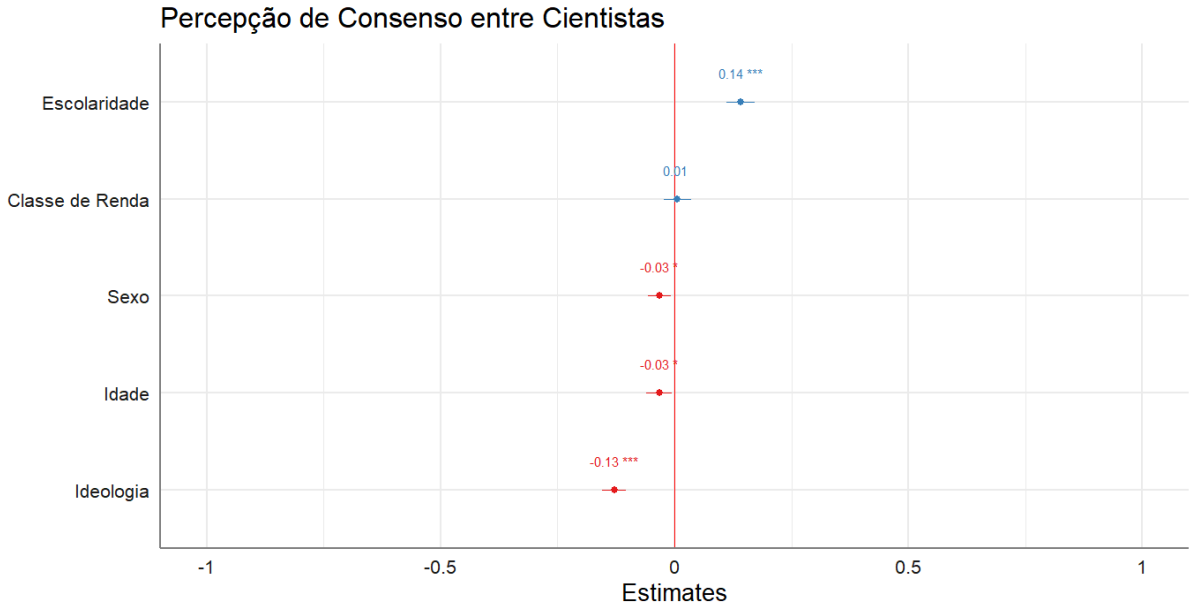
Gráfico 9 - Percepção de Risco para as Próximas Gerações



Fonte: Elaboração Própria

Para a percepção de risco para as próximas gerações é possível identificar novamente uma tendência mais forte e significativa por parte da variável de ideologia, seguida pelas variáveis de sexo e classe de renda, entretanto, diferentemente da variável de percepção para a própria família, a escolaridade tem um efeito significativo e positivamente relacionado com a percepção de risco futuro. Nesse sentido, o efeito de ideologia corrobora com os argumentos apresentados, reforçam a literatura sobre o efeito de gênero e sexo para a percepção de riscos e também parecem indicar que o estímulo de uma pergunta relacionado a acontecimentos futuros e relativos a outros indivíduos demandam uma maior sofisticação dos respondentes.

Gráfico 10 - Percepção de Consenso Científico sobre o Risco Climático



Fonte: Elaboração Própria

Para a percepção de consenso científico duas variáveis se sobressaem, a escolaridade dos indivíduos, positivamente correlacionada, e a ideologia dos indivíduos, que mantêm sua relação de tendência entre indivíduos “mais à esquerda” e a percepção de risco. Construindo assim um perfil mais informado sobre o consenso científico entre indivíduos mais escolarizados e mais à esquerda. As variáveis de sexo, idade e classe de renda não atingem o critério de significância de ($p < 0.05$).

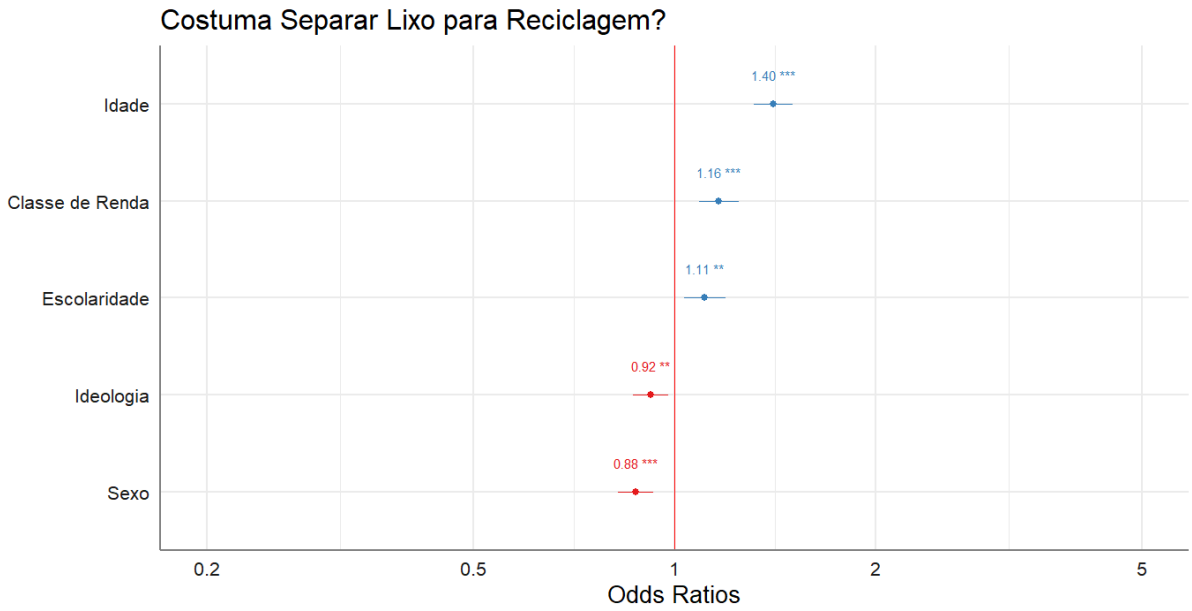
5.3 H3: IDEOLOGIA E COMPORTAMENTO CLIMÁTICO - ITS 2020-22

Utilizando sete modelos de regressão logística[9], identifico as covariáveis mais fortemente relacionadas com comportamentos individuais ligados ao meio ambiente e ao combate às mudanças climáticas. As variáveis se dividem entre: separação de lixo para reciclagem, uso de energia solar ou fontes de energia não poluentes, mudança de hábitos de consumo, participação em manifestações ou abaixo-assinados sobre as mudanças climáticas, voto em candidatos em razão de propostas ambientalistas,

[9] Em modelos de regressão logística os resultados são apresentados em termos de *odds ratios,* onde quanto mais próximos do valor de 1, mais fraca a relação e quanto mais distante do valor de 1, seja positivamente ou negativamente, mais forte a relação.

doação para instituições de combate às mudanças climáticas e, por fim, compartilhamento de notícias em defesa do meio ambiente. Todos os coeficientes foram padronizados (*standardized)* para permitir melhor comparação entre seus resultados.

Gráfico 11 - Costuma Separar Lixo para Reciclagem

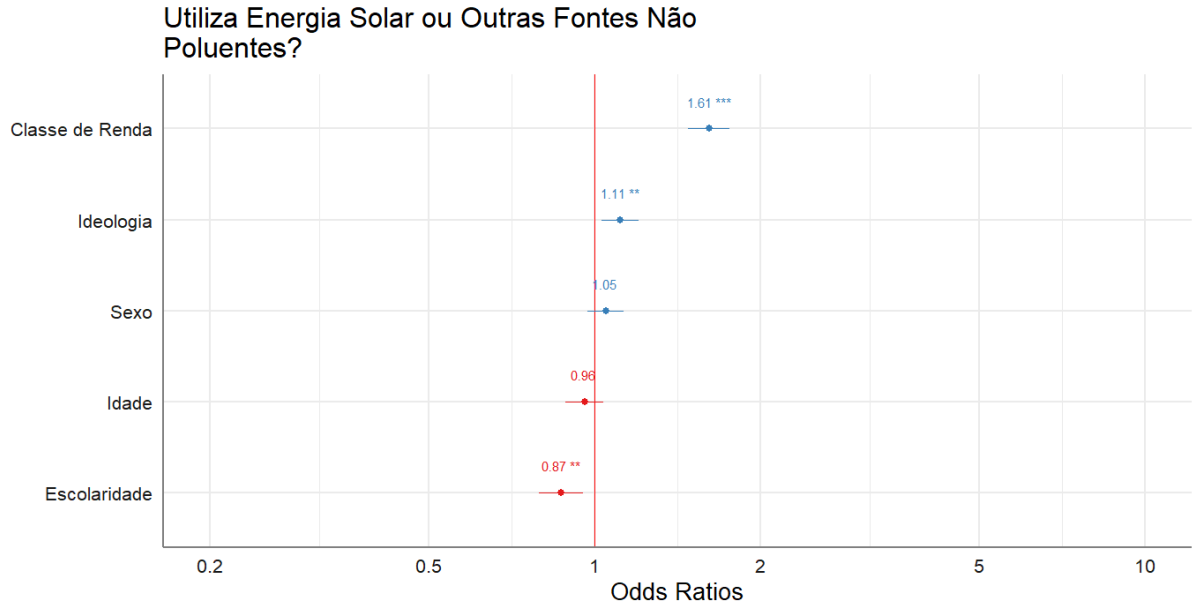


Fonte: Elaboração Própria

Para o comportamento de separar lixo para reciclagem foi encontrado que todas as variáveis são significativas, sendo relações positivas as de idade, classe de renda e escolaridade, e as correlações negativas com ideologia e sexo. É notável o maior efeito por parte da idade nesse modelo que pode estar indicando a relação entre o momento mais avançado da vida em que se é, de alguma forma, responsável pelo cuidado e manutenção de uma casa, seguida de um recorte de classe de renda e escolaridade que poderia indicar uma variação ao acesso à rede de coleta seletiva de acordo com o local de residência dos indivíduos. Além disso, a existência de uma relação entre sexo e reciclagem do próprio lixo pode estar ligado às estruturas familiares mais comuns no Brasil que contam com mulheres como principais responsáveis pelo gerenciamento das casas.

Por fim, a relação negativa com ideologia parece reforçar a identificação entre indivíduos “mais à esquerda” e comportamentos de preocupação com o meio ambiente como a prática de coleta seletiva em nível individual.

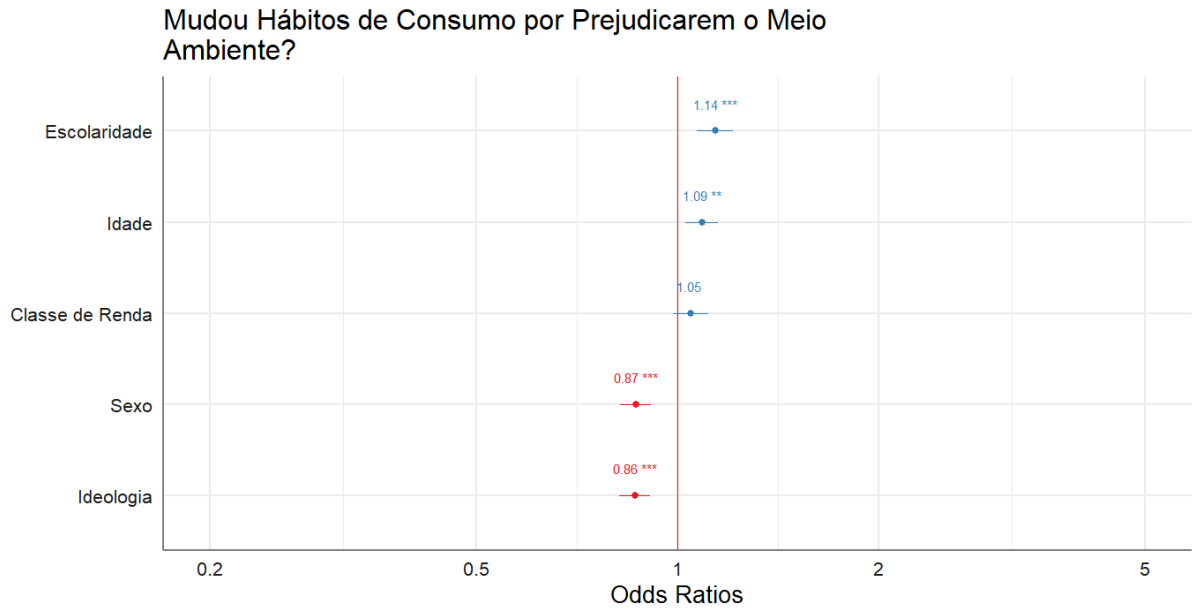
Gráfico 12 - Uso de Energia Solar ou Fontes Não-poluentes



Fonte: Elaboração Própria

Para essa variável, os resultados parecem destoar da tendência encontrada até o momento. O uso de energia solar ou outras fontes não-poluentes está mais fortemente relacionada com a classe de renda do indivíduo, o que sinaliza diretamente o custo ainda relativamente elevado da compra de painéis solares para produção de energia domesticamente. Em seguida, as variáveis de ideologia, que pela primeira vez parece ser mais adotada por indivíduos “mais à direita” e por indivíduos com uma escolaridade menor. Entre essas três variáveis a relação entre classe de renda e ideologia pode ser vagamente associada ao perfil mais conservador das classes de renda mais alta no Brasil, como é comumente encontrado nas pesquisas de opinião.

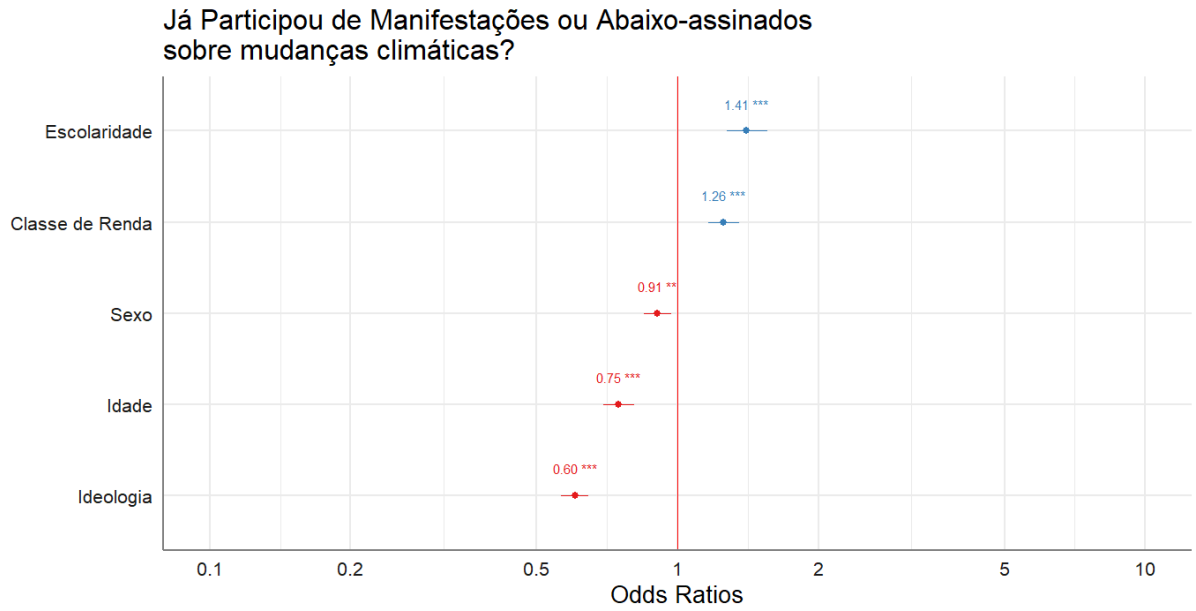
Gráfico 13 - Mudança de Hábitos de Consumo



Fonte: Elaboração Própria

As mudanças de hábitos de consumo podem ser realizadas com diversas finalidades, desde restrições orçamentárias, necessidades de saúde ou a necessidade de se adequar a algum tipo de preferência ou norma, como no caso da mudança para produtos que prejudiquem menos o meio ambiente. Aqui os dados apresentam que indivíduos mais educados, de sexo feminino e orientados mais à esquerda, além de marginalmente mais velhos, são os mais propensos a realizar tais mudanças. No Brasil, alguns estudos sobre hábitos de consumo indentificam diferentes grupos com práticas de consumo distintas e, entre eles, um estudo de caso encontra que “indivíduos orientados pela qualidade de vida e a valores pós-materialistas” são o grupo mais educado e com valores mais progressistas, de maneira semelhante ao encontrado pelo modelo (Schafer, Jaeger-Erben, Santos, 2011).

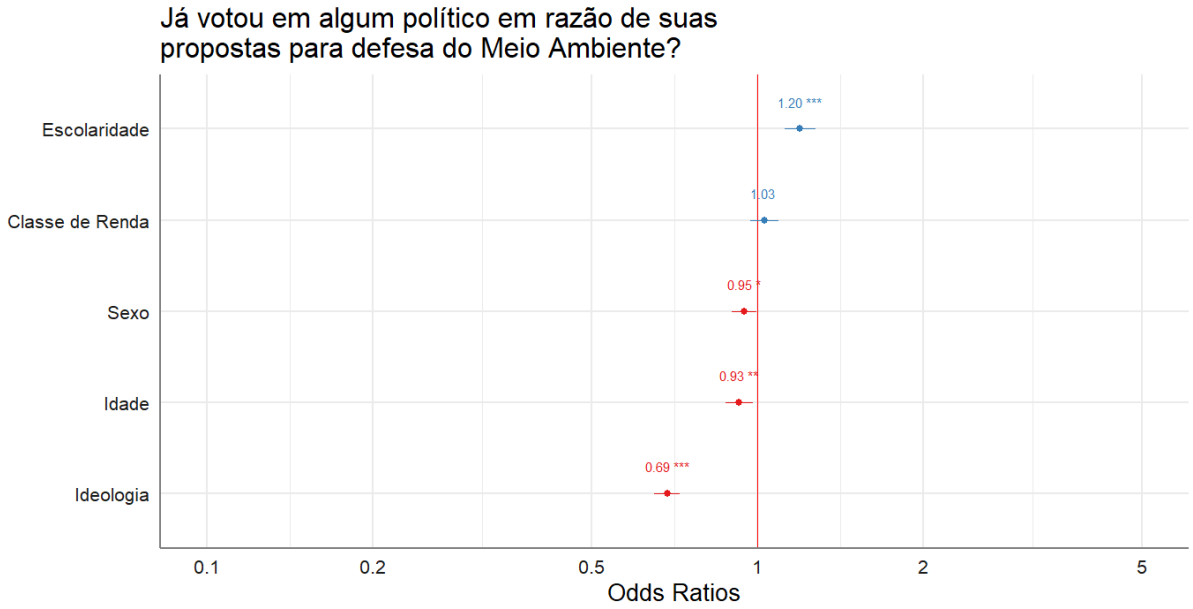
Gráfico 14 - Participação em Manifestações ou Abaixo-assinados sobre Mudanças Climáticas



Fonte: Elaboração Própria

Mulheres, mais jovens, ideologicamente mais à esquerda, com nível educacional mais elevado e de classe de renda mais elevada, essas são as tendências encontradas pelo modelo para a maior participação em manifestações sobre mudanças climáticas. Nessa categoria de comportamento mais ligado ao engajamento cívico público e menos aos hábitos de consumo diários é que encontramos uma prevalência significativa da identidade ideológica sobre as demais variáveis individuais, entretanto, é notável o efeito que a classe de renda possui sobre a participação em manifestações em comparação com o modelo anterior onde a renda parece não interferir nas decisões de mudança de hábitos de consumo.

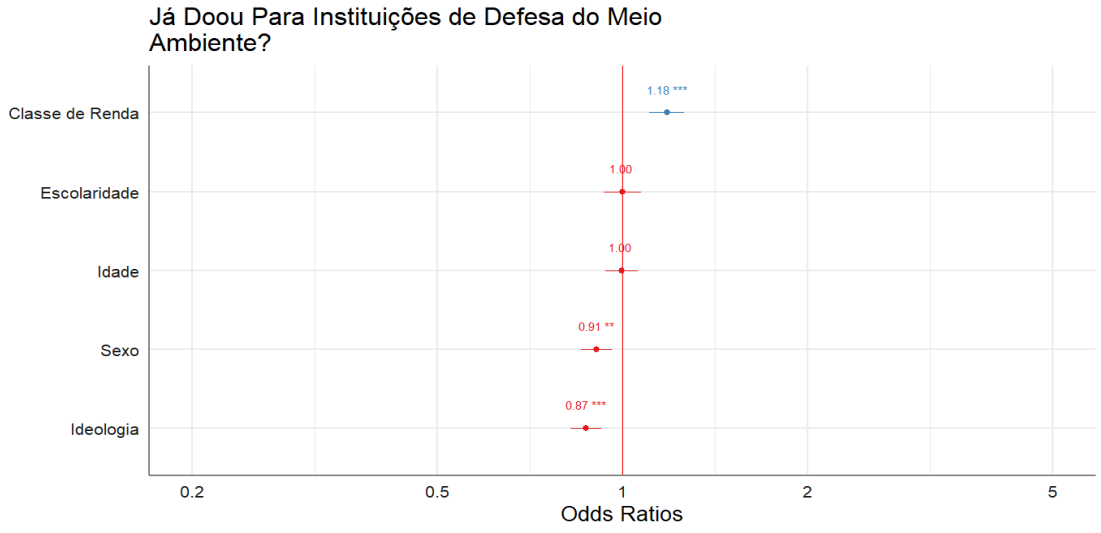
Gráfico 15 - Voto em Políticos em Razão de Suas Propostas Ambientalistas



Fonte: Elaboração Própria

Para o voto em candidatos com propostas ambientalistas, a identificação ideológica novamente é a variável mais influente, seguida da idade dos indivíduos e sua escolaridade, consolidando assim um perfil de jovens, com maiores níveis educacionais e ideologicamente mais à esquerda que engajam com mais frequência em atividades cívicas de proteção ao meio ambiente ou combate às mudanças climáticas como o voto em candidatos “mais ambientalistas” ou participação nas manifestações sobre o tema.

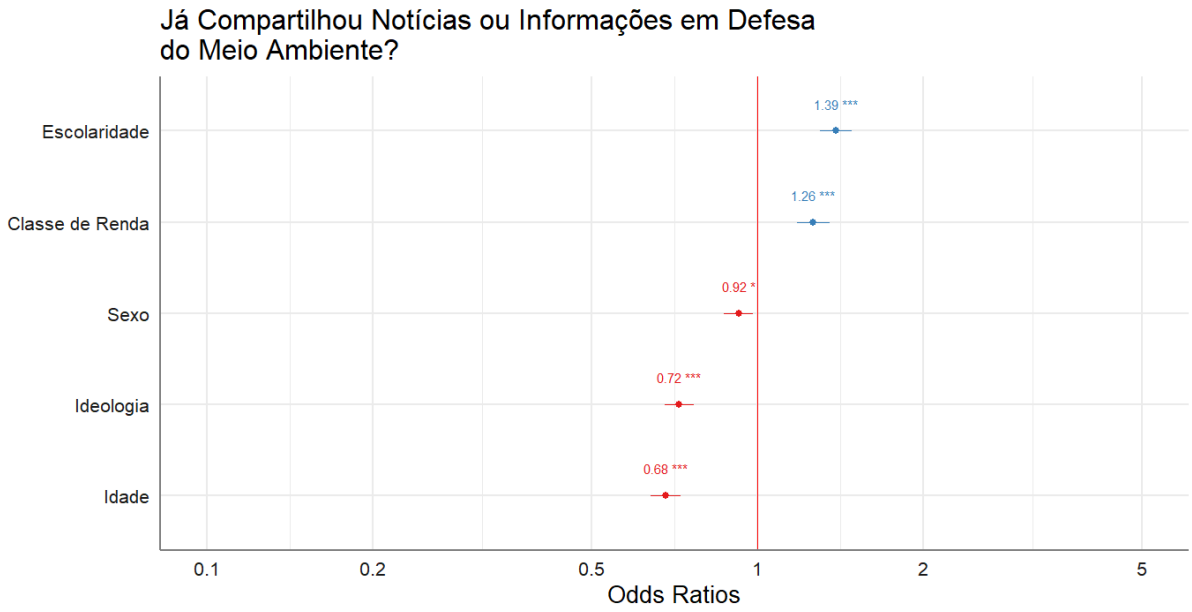
Gráfico 16 - Doação para Instituições de Defesa do Meio Ambiente



Fonte: Elaboração Própria

No caso da doação para instituições que defendem a causa a variável mais significativa é a classe de renda dos indivíduos, indicando a viabilidade de abrir mão da renda para apoiar causas de interesse, seguida da identificação ideológica que ao ser uma variável responsável por delimitar valores e opiniões acaba indicando a defesa do meio ambiente como uma das possíveis agendas para as doações. Por fim, a variável de sexo feminino, que também é constantemente significativa entre os modelos testados, parece indicar uma maior preocupação e percepção de risco sobre o tema.

Gráfico 17 - Compartilhou Notícias ou Informações em Defesa do Meio Ambiente



Fonte: Elaboração Própria

Para o comportamento de compartilhamento de notícias ou informações, a escolaridade, classe de renda, ideologia e idade são os mais relevantes. Aqui Idade, Escolaridade e Ideologia possuem o maior efeito respectivamente. Necessário notar o maior efeito da idade sobre o comportamento de compartilhamento o que indica que esse tipo de comportamento é uma modalidade de ativismo muito mais ligada a fluência dos mais jovens no uso de meios de comunicação em massa e mídias sociais que acaba por funcionar como um vetor de comportamento concentrado dos jovens que já se encaixam no perfil de ideologicamente mais à esquerda e de maior escolaridade, além do efeito da classe de renda dos indivíduos.

5.4 LIMITAÇÕES DOS MODELOS E RESULTADOS

Levando em consideração a conexão entre as referências teóricas, as hipóteses propostas e os resultados alcançados é necessário levantar as dificuldades e limitações encontradas nesta pesquisa.

A primeira dificuldade encontrada se concentra no quesito disponibilidade de pesquisas de survey que dispusessem de questões sobre partidarismo e mudanças climáticas que permitissem o cruzamento dos dados. No Brasil, até a publicação da pesquisa de Percepção Climática do ITSRio, inexistiam pesquisas direcionadas para o tema das mudanças climáticas e meio ambiente, dessa forma, as perguntas sobre o tema se encontram espalhadas entre múltiplas pesquisas, sem consistência de aplicação e sem consistência de perguntas ao longo do tempo. Nesse caso, a existência da pesquisa Datafolha 2019 que avaliava o governo Bolsonaro que ocorreu durante uma crise sobre o avanço do desmatamento na Amazônia foi uma oportunidade rara que coletava os dados de identidade partidária com as opiniões sobre questões ambientais.

A segunda dificuldade e limitação neste trabalho, a utilização de diferentes variáveis independentes (ideologia e partidarismo) e dependentes (percepção de risco climático e opinião climática), é também consequência da pulverização das pesquisas sobre o tema das mudanças climáticas. Aqui, a oportunidade apresentada pela pesquisa Datafolha de testar a hipótese do efeito do partidarismo sobre a opinião climática se depara com a baixíssima variedade de perguntas sobre o tema na pesquisa. Dessa forma, para fortalecer o conjunto de evidências decidiu-se utilizar as perguntas da pesquisa de Percepção Climática do ITSRio para construir um conjunto mais complexo de evidências, permitindo assim distinguir melhor nuances entre opiniões e comportamentos climáticos.

Por fim, a ausência de estudos contendo perguntas sobre identidades anti-partidárias e meio ambiente impede a consolidação dos testes com todas as possibilidades de identidades políticas relevantes no país.

6 CONCLUSÕES

6.1 RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Essa dissertação procura testar as hipóteses de que identidades políticas, especificamente partidarismo e ideologia são determinantes para a formação das percepções, opiniões e comportamentos em relação ao meio ambiente e as mudanças climáticas dos indivíduos. Os resultados apresentados pelo capítulo 5 nos mostram evidências de que, no Brasil, o partidarismo não é determinante para a formação das opiniões dos indivíduos sobre meio ambiente, principalmente considerando a manutenção da saliência do assunto, entretanto, quando o assunto ganha relevância para a disputa partidária, os sistemas de motivação dos indivíduos avaliam o tema com novos objetivos e a identidade partidária, e sua ideologia, passam a ser relevantes determinantes para a formação da opinião. Os resultados do capítulo 5 também nos mostra que indivíduos ideologicamente identificados mais à esquerda tendem a perceber maiores riscos pessoais e futuros em relação às mudanças climáticas e a adotarem mais comportamentos em defesa do meio ambiente, com exceção da utilização de energia solar e outras fontes não poluentes que está mais alinhado a variáveis como classe de renda, escolaridade e também indivíduos mais à direita ideologicamente.

Em detalhes, a variável ideológica foi a mais significativa para determinar a percepção de risco para futuras gerações e para a própria família e também fortemente ligada à percepção de consenso científico. Entretanto, quando consideramos os comportamentos, encontramos um mosaico diverso, onde variáveis como a mudança de hábitos de consumo, participação em manifestações e voto em candidatos de propostas ambientalistas tiveram a ideologia como sua principal determinante, enquanto outras como a adoção de energias renováveis, práticas de reciclagem e o compartilhamento de informações foram mais fortemente determinadas pelas variáveis de classe de renda, idade, sexo e escolaridade.

A partir desses resultados concluo que as identidades políticas são determinantes para as opiniões sobre o meio ambiente e as mudanças climáticas, mas apenas de forma condicional. O que os resultados apresentados sugerem é que a relação dos indivíduos com a pauta não é ligada apenas ao nível dos valores, mas também fortemente condicionada pelas consequências de cada comportamento, de

forma que, para um indivíduo contribuir através da reciclagem, não basta apenas acreditar que a reciclagem é algo positivo para o meio ambiente, o indivíduo deve se tornar um agente em sua residência para que a atividade ocorra, e essa agência demanda alterar a estrutura de seu tempo e do próprio gerenciamento domiciliar. De forma semelhante entre os partidários, foi necessário que o tema virasse um objeto de disputa para que a identidade se tornasse relevante para a opinião dos indivíduos, mas sem transbordar para as demais respostas sobre o meio ambiente.

6.2 CONTRIBUIÇÃO PARA A LITERATURA

Essa pesquisa contribui para a discussão dos determinantes da opinião pública sobre meio ambiente e mudanças climáticas ao dialogar com dados comparáveis à opinião pública pesquisada na Europa e América do Norte e evidencia a posição singular do Brasil ao identificar que as identidades políticas são determinantes para a opinião sobre o tema, mas também dependentes de circunstâncias e condicionantes derivados de cada situação avaliada, não identificando um alinhamento generalizado entre partidarismo com a pauta ambiental.

6.3 AGENDA FUTURA

Para futuras pesquisas sobre o tema na área de opinião pública, duas recomendações metodológicas são feitas:

Evidenciada a significância da ideologia e do partidarismo, as pesquisas precisam atualizar suas perguntas para que capturem identidades políticas relevantes como o antipartidarismo dos eleitores. Sem esse dado, a elevada fragmentação partidária continuará sendo um complicador para compreender a construção da opinião pública sobre mudanças climáticas no Brasil;

Também é necessário discutir quais os recortes para opinião e comportamento mais relevantes para a discussão ambiental no Brasil, pois a importação de perguntas adaptadas para diferentes arenas políticas e populações impedem que a discussão discuta os problemas realmente mais relevantes para a população estudada.

REFERÊNCIAS

ACHEN, C. H.; & BARTELS, L. M. **Democracy for realists**: Why elections do not produce responsive government. Princeton: Princeton University Press, 2016.

AMES, Barry; BAKER, Andy; RENNÓ, Lúcio R. The Quality of Elections in Brazil: Policy, Performance, Pageantry, or Pork? *In*: POWER, Timothy; KINGSTONE, Peter. **Democratic Brazil Revisited**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, p. 107-136.

AAS - Australian Academy of Science. 2015. **The science of climate change**: Questions and answers. Disponível em: https://www.science.org.au/files/userfiles/learning/documents/climate-change-r.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

Bayes, R., & Druckman, J. N. Motivated reasoning and climate change. **Current Opinion in Behavioral Sciences**, n. 42, p, 27-35. 2021.

Bayes, R., Druckman, J. N., Goods, A., & Molden, D. C. When and How Different Motives Can Drive Motivated Political Reasoning. **Political Psychology**, n. 41, v. 5, p. 1031-1052, 2020.

MÜLLER, Benito; HÖHNE, Niklas; ELLERMANN, Christian. Differentiating (historic) responsibilities for climate change. **Climate Policy**, n. 9, v. 6, p. 593-611, 2009.

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. A New Ideological Classification of Brazilian Political Parties. **Dados**, n. 66, v. 2, 2023.

BOLSEN, T.; DRUCKMAN, J. N.; & COOK, F. L. The Influence of Partisan Motivated Reasoning on Public Opinion, Political Behavior, n. 36, v. 2, p. 235–262. 2014.

BRULLE, R. J.; CARMICHAEL, J.; & JENKINS, J. C. Shifting public opinion on climate change: An empirical assessment of factors influencing concern over climate change in the U.S., 2002–2010. **Climatic Change**, n. 114, v. 2, p. 169-188, 2012.

CANTRIL, H. **The psychology of social movements**. Kansas: Transaction Publishers, 1941.

DATAFOLHA. **CESOP DATABASE**. 2019. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4560. Acesso em: 01 ago. 2023.

DE PAULA, Carolina; FERES JR., João. **Clima, meio ambiente e eleições 2022**: percepções dos cidadãos da Amazônia Legal. Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL). Disponível em: https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/clima-meio-ambiente-e-eleicoes-2022-percepcoes-dos-cidadaos-da-amazonia-legal. Acesso em: 01 ago. 2023.

DRUCKMAN, J. N.; MCGRATH, M. C. The evidence for motivated reasoning in climate change preference formation. **Nature Climate Change**, n. 9, v. 2, p. 111–119, 2019.

EGAN, P. J., & MULLIN, M. Climate Change: US Public Opinion. Annual Review of **Political Science**, n. 20, n. 1, 209–227, 2017.

ESEB. **CESOP DATABASE**. 2018. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados/v/4538. Acesso em: 01 ago. 2023.

GEORGIEVA, Gaspar; PAZARBASIOGLU. Poor and Vulnerable Countries Need Support to Adapt to Climate Change. **IMF Blog**: Insights and Analysis on Economics and Finance, 23 mar. 2022. Disponível em: https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2022/03/23/blog032322-poor-and-vulnerable-countris-need-support-to-adapt-to-climate-change. Acesso em: 01 ago. 2023.

GOOGLE. **Google Trends**. Disponível em: www.google.com.br/trends/. Acesso em: 27 jul. 2023.

HIBBING, J. R.; THEISS-MORSE, E. **Stealth democracy: Americans' beliefs about how government should work**. Cambrige: Cambridge University Press, 2002.

Higgins, E. T. (1996). Knowledge Activation: Accessibility, Applicability, and Salience. *In*: KRUGLANSKI; HIGGINS, E. T (eds.). **Social psychology**: Handbook of basic principle. New York: The Guilford Press, 1996.

HOCHSTETLER, K.; VIOLA, E. Brazil and the politics of climate change: Beyond the global commons. **Environmental Politics**, n. 21, v. 5, p. 753-771, 2012.

HORNSEY, M. J.; HARRIS, E. A.; BAIN, P. G.; FIELDING, K. S. Meta-analyses of the determinants and outcomes of belief in climate change. **Nature Climate Change**, n. 6, v. 6, p. 622-626, 2016.

INGLEHART, R. F. **Cultural Evolution**: People’s Motivations are Changing, and Reshaping the World. 1. ed. Cambrige: Cambridge University Press, 2018.

IPCC, 2022: Summary for Policymakers *In*: **Climate Change 2022**: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. PÖRTNER, H. O. et. al. (eds.). Cambrige: Cambridge University Press, 2022, p. 3-33.

ITSRio - Instituto Tecnologia e Sociedade do Rio. **Percepção sobre queimadas**: Relatório final. 2022. Disponível em: https://itsrio.org/wp-content/uploads/2022/03/IPEC_Percepcao-sobre-queimadas-Relatorio_final.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

ITSRio - Instituto Tecnologia e Sociedade do Rio. **Percepção Climática**. 2022. Disponível em: https://www.percepcaoclimatica.com.br/edicao-2021-mudancas-climaticas-na-percepcao-dos-brasileiros. Acesso em: 27 jul. 2023.

LATINOBAROMETRO. **Latinobarometro Database**. 2020. Disponível em: https://www.latinobarometro.org/latContents.jsp. Acesso em: 27 jul. 2023.

LEISEROWITZ, A.; CARMAN, J.; BUTTERMORE, N.; NEYENS, L.; ROSENTHAL, S.; MARLON, J.; SCHNEIDER, J.; MULCAHY, K. **International Public Opinion on Climate Change**. New Haven, CT: Yale Program on Climate Change Communication and Data for Good at Meta, 2022.

LEWIS, G. B.; PALM, R.; FENG, B. Cross-national variation in determinants of climate change concern. **Environmental Politics**, n. 28, v. 5, p. 793-821, 2019.

LODGE, M.; TABER, C. S. **The rationalizing voter**. Cambridge University Press, 2013.

SCOTT, Mainwaring; SCULLY, Timothy. **Building Democratic Institutions**: Party Systems in Latin America. Stanford, CA: Stanford University Press, 1995.

MCCRIGHT, A. M. The effects of gender on climate change knowledge and concern in the American public. **Population and Environment**, n. 32, v. 1, p. 66-87, 2010.

MERKLEY, E.; STECULA, D. A. **Party Elites or Manufactured Doubt?** The Informational Context of Climate Change Polarization. Science Communication, 2018.

MOLDEN, D. C.; BAYES, R.; & DRUCKMAN, J. N. A motivational systems approach to investigating opinions on climate change. **Thinking & Reasoning**, n. 28, v. 3, p. 396-427, 2022.

NORTON-SMITH, K.; LYNN, K.; CHIEF, K.; COZZETTO, K.; DONATUTO, J.; HIZA REDSTEER, M.; KRUGER, L. E.; MALDONADO, J.; VILES, C.; WHYTE, K. P. **Climate change and indigenous peoples: A synthesis of current impacts and experiences**. U.S. Department of Agriculture, Forest Service, Pacific Northwest Research Station, 2016.

O'GORMAN, Maebh. Global Warming: A Tragedy of the Commons. **Law, Criminology & Socio-Legal Studies Research Paper**, n. 35, 2010.

PAVÃO, N. **The failures of electoral accountability for corruption**: Brazil and beyond. Notre Dame: University of Notre Dame, 2015.

PENG, W.; IYER, G.; BOSETTI, V.; CHATURVEDI, V.; EDMONDS, J.; FAWCETT, A. A.; HALLEGATTE, S.; VICTOR, D. G.; VAN VUUREN, D.; WEYANT, J. Climate policy models need to get real about people. Here's how. **Nature**, n. 594, v. 7862, p. 174-176, 2021.

PRZEWORSKI, A. **Why bother with elections?** John Wiley & Sons, 2018.

SAMUELS, D. J.; ZUCCO, C. **Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans**: Voting Behavior in Brazil. 1. Ed. Cambridge University Press, 2018.

SCHÄFER, M.; JAEGER-ERBEN, M.; DOS SANTOS, A. Leapfrogging to Sustainable Consumption? An Explorative Survey of Consumption Habits and Orientations in Southern Brazil. **Journal of Consumer Policy**, n. 34, v. 1, p. 175–196, 2011.

SILVA, Ivan Henrique de Mattos; TESTON, Luci Maria. Political Dynasties, Bolsonarismo, and the Environmental Agenda during the 2022 Elections in the Brazilian Legal Amazon. **Braz. political sci. rev**., n. 17, v. 1, 2023.

STOKES, L. C. Electoral Backlash against Climate Policy: A Natural Experiment on Retrospective Voting and Local Resistance to Public Policy. **American Journal of Political Science**, n. 60, v. 4, p. 958-974, 2016.

TESLER, M. Elite Domination of Public Doubts About Climate Change (Not Evolution). **Political Communication**, n. 35, v. 2, p. 306-326, 2018.

UNITED NATIONS. **Backgrounder on Climate Change**. 2008. Disponível em: https://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/backgrounder%20climate%20change_FINAL.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

WALKER, W. S.; GORELIK, S. R.; BACCINI, A.; ARAGON-OSEJO, J. L.; JOSSE, C.; MEYER, C.; MACEDO, M. N.; AUGUSTO, C.; RIOS, S.; KATAN, T.; DE SOUZA, A. A.; CUELLAR, S.; LLANOS, A.; ZAGER, I.; MIRABAL, G. D.; SOLVIK, K. K.; FARINA, M. K.; MOUTINHO, P.; SCHWARTZMAN, S. The role of forest conversion, degradation, and disturbance in the carbon dynamics of Amazon indigenous territories and protected areas. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, n. 117, v. 6, p. 3015–3025, 2020.